



Ralf Rickli

LIBERDADE SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL **uma introdução à Filosofia do Convívio** **e a algumas de suas aplicações**

A filosofia de um século é o senso comum do século seguinte.

Henry Ward Beecher

Para que nosso século não venha a repetir o recorde de tragédias do anterior, por amor dos pequenos que estão no mundo agora e dos que ainda estão por nascer, é minha esperança que estas idéias, tendo nascido ainda no século XX, não precisem esperar o século XXII para se tornarem senso comum.

São Paulo, 25.02.2008 – o autor

SEÇÃO 1. A QUESTÃO E A ABORDAGEM 3

- 1.1. O pós-moderno e o pós-pós-moderno: um primeiro olhar para o âmago da questão 3**
- 1.2. Quem inventou o Pluralismo Absoluto? (*E isso importa?*) 4**
 - 1.2.1. Uma digressão oportuna: CONFIANÇA EM AUTORIDADE INTELLECTUAL E SIMULACRO DE CONHECIMENTO 5
- 1.3. Pluralismo Radical e Convivialismo - breve histórico e "parentes" 5**
 - 1.3.1. A importância filosófica e política do vínculo com a "Vertente do Pacífico" 6
- 1.4. Minimalismo: o método "menos é mais" 7**
- 1.5. O *zôon politikón* e seu inferno 8**

SEÇÃO 2. O CERNE DA PROPOSTA 11

- 2.1. Uma rara concordância humana universal 11**
 - 2.1.1. Duas proposições da *voz geral*... 11
 - 2.1.2 - ... e duas constatações fundamentais sobre essas duas proposições 12
 - 2.1.3. O possível e o impossível (lições de uma oração) 12
 - 2.1.4. O problema que é a solução 14
- 2.2. O conceito de Convívio e seus campos de aplicação 14**
- 2.3. Introdução à idéia de um ESTATUTO FUNDAMENTAL DA HUMANIDADE 16**
 - 2.3.1. Uma multiplicidade só: a das regras e a das transgressões 17
 - 2.3.2. A mãe de todas as violências 17
 - 2.3.3. Liberdade como dignidade 18
 - 2.3.4. Cedendo um pouco para ganhar muito 19
 - 2.3.5. O problema da fiscalização dos fiscais 19
 - 2.3.6. Complexificante I: NATUREZA 19
 - 2.3.7. Complexificante II: CRIANÇAS 20
- 2.4. Minuta para um ESTATUTO FUNDAMENTAL DA HUMANIDADE em 4 seções 21**

SEÇÃO 3. GRUPOCENTRISMO E DISCRIMINAÇÕES: o pensamento convivial aplicado a algumas questões práticas (sobretudo de interesse pedagógico) 24

- 3.0. Motivos de discriminação: resultados de uma pesquisa informal 24**
- 3.1. O retorno do reprimido: violência reativa, perversão sexual etc. 26**
- 3.2. Etnocentrismo, grupocentrismo 27**
- 3.3. Religião, fé e propaganda 28**
- 3.4. Diversidade sexual 29**
 - 3.4.1. Um pouco de terminologia 29
 - 3.4.2. A homofobia como questão pedagógica 30
 - 3.4.3. A presença estatística além das primeiras aparências 30
 - 3.4.4. A possibilidade real de uma sociedade não discriminadora 31
 - 3.4.5. Duas palavras sobre diversidade sexual e religião 32
- 3.5. Quantos preconceitos se pode tolerar? 32**

SEÇÃO 4. O NÍVEL COSMOLÓGICO: O CONVÍVIO COMO CONSTITUINTE DA REALIDADE 33

Seção 1.

A QUESTÃO E A ABORDAGEM¹

1.1. O pós-moderno e o pós-pós-moderno: um primeiro olhar para o âmago da questão

No final do século XX tornou-se comum dizer que havíamos entrado numa “condição pós-moderna”, em que não existe mais nenhum esquema explicativo absoluto, de modo que de certa forma “vale tudo”.

De modo bem simplificado, é essa a tese central do livro de 1979 do francês JEAN-FRANÇOIS LYOTARD (1924-1998), chamado *O pós-moderno* na primeira edição e *A condição pós-moderna* nas seguintes.

Naturalmente muitos contestaram até que exista alguma coisa que possa ser chamada pós-modernidade, enquanto outros autores propunham também outros traços para caracterizá-la – por exemplo JEAN BAUDRILLARD (1929-2007), que apontava a vida pós-moderna como dominada por *simulacros*.

Olhada com seriedade, a idéia de Lyotard não é porém nenhuma bobagem. Sobretudo, apresenta uma característica bem interessante: *quando mais for contestada, mais estará comprovada* – pois afirma justamente que não existem verdades seguras e fora de contestação!

Lá por 1995 tive a oportunidade de ouvir um professor doutor da PUC-SP falando com entusiasmo dessas concepções, mostrando o patamar superior de liberdade que havíamos atingido com isso –

... e aí lhe dirigi a pergunta: “professor, se agora de certa forma vale tudo, com que base poderemos dizer que as propostas do nazismo *não* valem? *Que critério restou* para explicar por que elas, ou outras semelhantes, não devem ser aceitas? Ou então elas devem ter lugar como quaisquer outras?”

Para minha surpresa, esse experiente professor – que apesar disso tenho fortes motivos para respeitar e estimar – ficou perturbado e terminou dizendo algo como: “É, de fato, a teoria não prevê isso. É preciso pensar essa questão.”

Naquele momento eu achava – e continuo achando – que já sabia a resposta, mas teria sido bem deselegante, anti-ético mesmo, pretender “cortar a bola” na palestra de outro professor, ainda mais sendo bem mais jovem e não tendo nenhum dos seus títulos. E além disso seria imprudente, pois na ocasião eu ainda não tinha nada escrito e muito menos publicado sobre essa resposta, a que dou o nome de **Princípio do Pluralismo Absoluto**.

Tive porém muitas oportunidades, antes e depois, de apresentar publicamente essa resposta, e observei que isso costuma ter um efeito ambíguo: por um lado a resposta convence; sua lógica é auto-evidente – mas por outro lado parece causar certa perplexidade, e até mesmo irritação, porque é *simples demais* – e nos acostumamos a só apostar no complicado.

Confesso que eu mesmo me sinto extremamente perplexo de que um ponto tão pequeno possa ter conseqüências tão vastas, mas qualquer um que se dê o trabalho

¹ Com algumas adaptações e acréscimos, este é o roteiro da apresentação feita em 18.02.2002 dentro da Formação de Educadores da *Fábrica de Criatividade*, no Capão Redondo, São Paulo. – HENRY WARD BEECHER, autor da epígrafe constante na página de rosto, foi um pregador religioso liberal e ativista social norte-americano (1813-1887). A frase se tornou subitamente popular no Brasil no início de 2008 por ter sido incluída na “sorte de hoje” do site Orkut.

de refletir seriamente sobre essas conseqüências verá que o Princípio do Pluralismo Absoluto realmente dá conta do recado de **preservar a liberdade plural conquistada pela pós-modernidade** (o estado de maior liberdade que o ser humano já conquistou até hoje) **protegendo essa liberdade de si mesma**, impedindo que ela se auto-destrua –

... e, além disso, dá conta de uma infinidade de outras questões – pois quase que sem perceber acerta na raiz de onde brotam grande parte dos galhos que afligem a humanidade.

Por isso o chamo também de Pluralismo *Radical* – no sentido de Marx e de Paulo Freire: porque se dirige à *raiz*.² Neste trabalhou direi algumas vezes “absoluto”, outras vezes “radical”, sem que deixe de estar me referindo à mesma coisa.

1.2. Quem inventou o Pluralismo Absoluto? (*E isso importa?*)

Há coisas que alguém inventa e propõe. E há outras que são simplesmente *propriedades lógicas da realidade*: os teoremas, como o Teorema de Pitágoras, ou o fato de que três grupos de quatro inteiram o mesmo número que quatro grupos de três ($3 \times 4 = 4 \times 3$). Essas coisas não foram *inventadas*: foram *descobertas e descritas*. Hoje a humanidade faz uso consciente delas, mas elas seriam reais do mesmo jeito, implícitas nas coisas, mesmo se a humanidade as ignorasse.³

O Princípio do Pluralismo Absoluto é dessa natureza. Trata-se de um “objeto lógico” que necessariamente aparece diante de quem levar a fundo a idéia de que “nada é absoluto, tudo é relativo”: afinal, se estou falando de “nada” e de “tudo”, estou falando de coisas *absolutas!* Ou seja: chegamos a um horizonte onde os contrários significam a mesma coisa: absoluto quer dizer relativo, e relativo que dizer absoluto.

Neste ponto a maior parte das pessoas descarta esse pensamento, acreditando que ele não serve para nada: seria uma contradição sem sentido por ter ultrapassado os limites da lógica útil.

Mas... e se, exatamente ao contrário, justamente *por conter a contradição dentro de si sem deixar de ser lógico*, esse pensamento for a descrição mais fiel de como as coisas são? Se em lugar de ser o fim da lógica, for *o começo de uma lógica maior*, mais útil que a que veio antes, porque mais de acordo com a sutileza da realidade?

Esses limites extremos da lógica já foram explorados por alguns pensadores como HERÁCLITO DE ÊFESO (Grécia, séc.IV a.C.), LAO TSÉ (China, mesma época ou ainda antes), NICOLAU DE CUSA (Alemanha, 1401-1464) e o romeno STÉPHANE LUPASCO (1900-1988) – este último a fonte principal do pensamento do francês EDGAR MORIN (nascido em 1921), que infelizmente não tem lhe dado todo o crédito devido.

Edgar Morin toca precisamente no Princípio do Pluralismo Absoluto quando fala de “excluir a exclusão” – mas não parece ter percebido todo o alcance que essa idéia adquire caso seja tomada como a base única de um sistema.

Ouvi mencionarem essa expressão de Morin por volta de 1998, e só vim a lê-la diretamente na sua *Ética*, publicada em 2004.⁴ E, embora conhecido somente num círculo bastante limitado, o fato é que eu vinha usando o conceito em aulas e palestras desde 1982, inicialmente com o nome “pluralismo sistemático”.

Mas com isso não estou querendo dizer que fui eu que inventei! Não fui eu, nem Morin, nem ninguém: *são fatos que estão aí, no mundo*, e de repente o acúmulo de

² KARL MARX (1818-1883) e PAULO FREIRE (1921-1997) usam a palavra “radical” em sentido positivo, reservando a palavra “sectário” para o sentido negativo que se costuma atribuir a “radical”.

³ É bom advertir que a tendência predominante na filosofia contemporânea olharia com suspeita para o que acabo de dizer, senão com franco desdém. Em filosofia hoje isto é mais ou menos equivalente a dizer que se acredita em Deus. Estou consciente disso, mas aposto que esse modismo filosófico irá passar como tantos outros, sem que o fato de que $3 \times 4 = 4 \times 3$ seja abalado um mínimo por isso...

⁴ MORIN, Edgar. *O método 6: Ética*, III, III, 2. Porto Alegre: Sulina, 2005.

conhecimentos da humanidade chega ao ponto que nos capacita a *reconhecê-los*. Muitos outros mundo afora devem ter se dado conta da mesma coisa, mais ou menos pela mesma época – e permanecem tão desconhecidos para mim quanto eu para eles.

A importância está no que foi dito, e não em quem o disse.

1.2.1. UMA DIGRESSÃO OPORTUNA:

CONFIANÇA EM AUTORIDADE INTELCTUAL E SIMULACRO DE CONHECIMENTO

A importância está no que foi dito, e não em quem o disse...

Mas para reconhecermos essa importância (ou podermos constatar a desimportância) é preciso entrar na galeria de imagens (idéias) do que foi dito, recriá-la dentro de nós – e aí passear por dentro, contemplando calmamente, admirando aqui, criticando ali...

– o que obviamente dá muito mais trabalho que se fiar em nomes que de um modo ou de outro ganharam fama.

Só que, quando recriamos a idéia do outro dentro de nós, ganhamos conhecimento verdadeiro – tenhamos concordando com o outro ou não. Quando nos fiamos em nomes, ficamos só com um simulacro de conhecimento.

Uma fachada falsa, sem casa por trás.

Como a pseudo-educação que vem sendo impingida e vem “deixando na chuva” a quase totalidade dos estudantes do Brasil.

1.3. Pluralismo Radical e Convivialismo - breve histórico e “parentes”

O Princípio do Pluralismo Absoluto é o pivô central do que eu tenho chamado de *Filosofia do Convívio*, a qual se desenvolveu paralelamente a uma *Pedagogia do Convívio*. Para o conjunto das duas tenho usado nomes como *Convivialismo* e *Teoria Convivial*.

Vejo certa utilidade em registrar aqui, esquematicamente, os principais passos que identifico no desenvolvimento da Teoria Convivial – ou pelo menos de sua parte em que tenho sido agente – pelas duas vias em que se deu:

FILOSOFIA DO CONVÍVIO

- algumas idéias de 1970 (ligadas ao impulso de **1968**)
- década de 80: **pluralismo sistemático** (absoluto, radical)
- nome **Convívio**: anos 90, primeiro na Educação;
palavra **convivial**: encontrada em IVAN ÍLLICH
- livro **Filosofia do Convívio** (nome que talvez venha a ser alterado para **Pluralismo Radical**), em preparação desde 2003; alguns trechos já disponíveis em <www.tropis.org/biblioteca>

PEDAGOGIA DO CONVÍVIO / EDUCAÇÃO CONVIVAL

- experiências precursoras: Ponta Grossa 1979, Guarapuava 1983-84, Botucatu 1987-90 (relato no artigo 3 da coletânea *Pedagogia do Convívio*)
- 1993 começo informal em São Paulo
- ~1996 nomes **Educação Convivial**
OCA - Oficina de Conhecimento & Artes
- 1999 formalização da associação **Trópis**
- 1999 primeiro texto teórico (artigo 1 da coletânea *Pedagogia do Convívio*)
- 2006 coletânea de artigos **Pedagogia do Convívio: na invenção de um viver humano** em apostila e em <www.tropis.org/biblioteca>

Também parece útil, em uma apresentação introdutória, mencionar o nome de alguns pensadores ou correntes de pensamento com os quais sinto que a Teoria Convivial tem afinidades notáveis, mesmo se geralmente parciais – e mesmo que muitos outros também pudessem ser mencionados junto com estes:

Dimensão filosófica: pensamento taoísta e zen; pensamento ameríndio; Heráclito; Nicolau de Cusa; Goethe; “trimembração social” de Rudolf Steiner; Lupasco; Edgar Morin (pensamento da complexidade).

Dimensão psicológica: Wilhelm Reich; R.D. Laing (anti-psiquiatria); Winnicott; Wallon; Vygotsky; Jung; Carl Rogers (psicologia humanista). Investigações recentes das neurociências (Damásio, Izquierdo, Ramachandran etc).

Dimensão pedagógica: Sócrates; Epicuro; Rudolf Steiner (Pedagogia Waldorf); A.S. Neill (Summerhill); Janusz Korczak; Ivan Illich; Paulo Freire.

1.3.1. A IMPORTÂNCIA FILOSÓFICA E POLÍTICA DO VÍNCULO COM A “VERTENTE DO PACÍFICO”

Cabe destacar aqui a presença da “vertente de pensamento do Pacífico”, fora da tradição EUROCÊNTRICA da história da filosofia: o pensamento **taoísta** e o **zen** (da China e Japão) e o **ameríndio** (dos povos indígenas das Américas).

Não se trata de uma junção arbitrária. De acordo com a pesquisa genética, a população que se encontrava nas Américas antes de Colombo descendia quase integralmente de povos da Sibéria – e é também no pensamento xamânico siberiano que vamos encontrar a raiz do taoísmo, o qual mais tarde se juntou ao budismo procedente da Índia, resultando no zen.⁵

Para não falar bobagem, é preciso estar consciente dos intervalos de tempo envolvidos: os índios se encontram aqui há pelo menos 15 mil anos, e provavelmente há mais. O taoísmo tem uns 2.500 anos de história, mais talvez uns 1.000 de pré-história, e o zen tem “apenas” uns 1.500 anos – ou seja, assumiu a forma em que o conhecemos hoje muito depois de os índios estarem na América, e não é de supor que tenha havido novos intercâmbios Ásia-América nestes últimos milênios. Estamos falando, portanto, é de uma raiz remota em comum, e não de qualquer tipo de influência entre seus frutos mais recentes.

Por outro lado, é indispensável mencionar que a arqueóloga NIÈDE GUIDON vem demonstrando que há vestígios de presença humana no Piauí com não menos que *50 mil anos*⁶ – mas com isso se torna praticamente impossível que esses primeiros habitantes fossem do tipo siberiano de que estamos falando; há, pelo contrário, razões para supor que tenham vindo diretamente da África.

Em última análise teriam sido esses os “descobridores da América” – mas para nossa história cultural importa bem mais o estrato (camada) que veio da Ásia – uma gente para a qual esta terra foi sempre o Extremo *Oriente*, e não o Extremo Ocidente como para os africanos e os europeus – dado em que podemos encontrar ricas implicações simbólicas.

É urgente, portanto, que paremos de pensar que a nossa história, no Brasil, começa com a chegada dos portugueses em 1500 –

⁵ Ver Paulo V. BLOISE, *O Tao e a psicologia*. São Paulo: Angra, 2000. Para uma imagem fascinante da concepção de mundo dos povos siberianos, onde fica evidente sua semelhança com a dos ameríndios, ver o filme *Dersú Uzalá*, do diretor japonês AKIRA KUROSAWA.

⁶ V. p.ex. *58 mil anos de presença humana*, artigo de Raphaella de Campos MELLO na revista *História Viva* ano IV n.º 41 (março 2007). São Paulo: Duetto Editorial.

... *inclusive a história cultural e intelectual*. Pois há mais elementos do que pensamos para identificar algo como “uma forma ameríndia de pensar”. Há, inclusive, muito mais textos produzidos por índios do que costumamos imaginar.⁷

Outro dado de grande interesse nesse sentido são as teorias que sugerem que a própria democracia moderna deve mais aos índios que aos gregos, a quem a costumamos vincular. Por quê razão, enfim, o impulso democrático grego teria ressurgido na Europa depois de uns dois mil anos de abandono – dois mil anos em que a história e filosofia dos gregos não deixaram de ser conhecidas no Ocidente a não ser por alguns momentos? Por outro lado, foi depois da “descoberta” européia das Américas que esse impulso começou a se fazer sentir entre os próprios europeus.

Há pelo menos duas trajetórias pelas quais essa influência parece ter se dado: por um lado, os ensaios do francês MICHEL DE MONTAIGNE (1533-1592), ainda sob o impacto dos relatos dos navegadores – entre eles os do missionário calvinista JEAN DE LÉRY⁸ que participou da tentativa de estabelecimento na Baía da Guanabara conhecida como Invasão Francesa, e os de Villegaignon, que dirigia esse empreendimento.

Esses ensaios tiveram forte impacto, dois séculos mais tarde, no pensamento do suíço JEAN-JACQUES ROUSSEAU (1712-1778), uma das principais fontes das idéias democráticas na época iluminista.

Por outro lado, o estatuto da Liga das Nações Iroquesas (um povo indígena norte-americano) teria tido forte influência sobre outra dessas grandes fontes, que foram a Declaração da Independência e a Constituição dos Estados Unidos – razão pela qual o escritor BRUCE JOHANSEN menciona esses índios como os “fundadores esquecidos”, entre os “pais” da nação norte-americana.⁹

As razões que me levam a vincular a Filosofia do Convívio à vertente do Pacífico são portanto não só de afinidade metodológica e teórica (como veremos a seguir), mas também razões *políticas*: a intenção de desenvolver um pensamento que se vincule não só à cultura que está nestas terras há 500 anos, mas também, e mais profundamente, àquela que está aqui a 15 mil anos ou mais – e que, reconheçamos ou não, constitui a raiz genética e cultural mais profunda do povo brasileiro.

1.4. Minimalismo: o método “menos é mais”

Um elemento típico do pensamento taoísta e zen é a “ação pela não ação” – o que *não* significa estagnação, e sim algo como “saber tirar proveito da correnteza em seu próprio favor”. O agrônomo japonês MASANABU FUKUOKA o expressa muito bem ao dizer que a tendência ocidental é pensar “o que eu posso fazer para melhorar o meu sistema”, e que ele optou por pensar justamente “o que eu posso *deixar* de fazer” na hora de aperfeiçoar o seu.¹⁰

Um modo complementar de pensá-lo é o seguinte: em lugar de partir do que já existe, é possível *imaginar que não existisse nada*, e que a partir daí pudéssemos ir identificando passo a passo o que é que realmente precisamos colocar no nosso sis-

⁷ Não cabe aqui uma relação ampla nesse sentido. Sugiro apenas que se preste atenção às publicações recentes, no Brasil, de DANIEL MUNDURUKU, KAKÁ WERÁ JEKUPE e OLÍVIO JEKUPE – bem como a qualquer escrito ou entrevista de AILTON KRENAK. Também são notáveis os estudos do casal francês PIERRE e HÉLÈNE CLASTRES sobre a visão-de-mundo tupi-guarani, entre muitos outros. Em relação à América do Norte costume me referir a T.C. MCLUHAN, *Touch the earth: a self-portrait of Indian existence*. Londres: Abacus, 1980.

⁸ Jean de LÉRY, *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

⁹ Bruce E. JOHANSEN, *Forgotten founders: Benjamin Franklin, the Iroquois and the rationale for the American revolution*. Ipswich MA: Gambit, 1982. Consultado em http://www.ratical.com/many_worlds/6Nations/

¹⁰ Masanabu FUKUOKA, *The one-straw revolution*. Emmaus: Rodale Press, 1978.

tema, deixando de lado coisas que sejam apenas úteis ou interessantes mas não efetivamente necessárias.

Esta segunda forma de pensar, que podemos chamar a da *tábula rasa* (“lousa apagada” em latim) tem os seus perigos: pode nos levar a imaginar sistemas ideais muito distantes da realidade, com o que vem também a tentação de forçar a realidade a se dobrar ao nosso esquema... o que não costuma dar certo. Por isso o pensamento da *tábula rasa* não deve ser usado sozinho, mas só em associação com a primeira forma de pensar, como uma ferramenta mental que nos ajuda a distinguir o fundamental do acessório.

Pode-se esboçar o caráter do minimalismo do seguinte modo (sem esgotá-lo!):

Procurar identificar sempre (e se *guiar* por isso tanto quanto possível):

- o que se puder deixar de fazer sem prejuízo
- a ação mínima indispensável (já será mais do que damos conta de fazer...)
- o caminho mais simples

Regulamentação ou intervenção:

- o ideal seria ZERO
- se zero não é viável, o quanto menos melhor
- buscar identificar o *realmente* imprescindível;
- evitar ficar “enfrentando galhos”: procurar a raiz comum (radicalismo no sentido de Paulo Freire - cf. final do cap.1)

No artigo *O fantasma de Aristóteles* proponho explicitamente o emprego do minimalismo na CIÊNCIA, FILOSOFIA e EDUCAÇÃO como alternativa ao modo de pensar aristotélico, apontado como um dos grandes responsáveis pelo caráter opressivo que a civilização européia terminou assumindo – opressivo tanto a outros povos quanto à natureza e até mesmo à humanidade-de-alma dos seus próprios integrantes.¹¹

É importante ressaltar, porém, que *não* se trata de um “modo de pensar oriental sonhador” ou “romântico” – mas, pelo contrário, de um modo de pensar eminentemente prático, que leva ao aumento da eficiência ou melhoramento da relação custo/benefício.

Se há relação disso com “sonho” ou “romantismo” é que tal eficiência pode nos libertar de tarefas desnecessárias e devolver a nós mesmos o tempo de que necessitamos para sonhar ou para sermos românticos...

Claro que tal aumento de eficiência também pode ser usado ao modo ocidental típico: mantendo fixo o tempo empregado e aumentando a produção. Pode haver momentos em que isso é de fato o adequado, mas de modo geral estamos falando aqui é de manter a mesma produção reduzindo o tempo e o esforço empregados – liberando com isso parte deles para *outras* coisas – para as coisas “inúteis” ou de puro *gosto*, que são afinal o que faz a distinção entre a mera sobrevivência animal e a vida propriamente humana.

1.5. O *zôon politikón* e seu inferno

O que mais critico na atitude aristotélica frente à vida é sua pretensão de gerar um universo de discursos que cubram a totalidade da realidade como um manto quadriculado e cheio de rótulos classificatórios, até o ponto em que não se tem mais quase nenhuma experiência de conhecimento diretamente com a realidade, e sim apenas com seu manto descritivo, seus mapas.

¹¹ *O fantasma de Aristóteles* consta como capítulo 12 na *Pedagogia do Convívio*, disponível também em <www.tropis.org/biblioteca>. Falo aqui especialmente dos pontos 12.3.2 e 12.4.4. Não é demais recordar que Aristóteles, em quem se enraizam quase todos os fios do modo de pensar e da atitude frente à vida predominantes na chamada “cultura ocidental”, viveu de 384 a 322 antes da Era Cristã.

Apesar disso não tenho como nem por quê negar a pertinência e a grandeza de muitas percepções de Aristóteles – sobretudo de duas caracterizações que ele faz do ser humano.

Uma delas está contida na famosa expressão *zōon politikón*, que se encontra logo do início de seu tratado *A Política*.¹² A tradução usual dessa passagem (“o homem é um animal político”) me parece fraca, e isso por se prender demais ao aspecto exterior das palavras. Creio que estaremos mais perto de entendê-la se dissermos “o ser humano é um *ser vivo associativo*”, ou “um ser que só vive em vinculação com um coletivo de semelhantes”. O que ainda se poderia dizer: um **con-** (*politikón*) **-vidente** (*zōon*). Ou seja: o estado de convívio não lhe é opcional: a própria humanidade desse *zōon* é constituída no convívio e pelo convívio; depende de que haja convívio; *sem convívio, tal ser sequer seria humano*.

Estas afirmações não são mera especulação sobre o sentido de palavras gregas ou sobre o texto de Aristóteles, mas inspiram-se também nas abundantes demonstrações que vêm sendo feitas por psicólogos, neurocientistas e cientistas sociais, pelo menos desde VYGOSTKY e LURIA na Rússia, na primeira metade do século XX.¹³

Mais fascinante ainda me parece a relação disto com a visão-de-mundo dos tupis-guaranis: o ser humano teria simultaneamente uma “alma animal” e uma “alma-palavra” – ou “alma-fala” –, que é ao mesmo tempo o que lhe confere a posição ereta, vertical. Quando um homem toma atitudes anti-sociais (como por exemplo comer a caça sozinho no mato, em lugar de levá-la para a aldeia e partilhá-la) corre o risco de ser abandonado por sua alma-fala. Os índios pensam que pode mesmo cair de quatro e começar a grunhir, reduzido a um animal como os outros – mas o que mais me chama a atenção aqui é sua perda de capacidade de comunicação verbal, e portanto de *inserção em uma cultura*, uma *construção coletiva* de que todo ser-humano depende para ser *humano*.¹⁴

Isso não quer dizer, porém, que conviver seja fácil! Basta lembrar a frase colocada pelo filósofo SARTRE na boca de um dos personagens de sua peça teatral *Entre quatro paredes*: “o inferno são os outros”.¹⁵ E creio que é totalmente desnecessário entrar aqui em maiores explicações dessa frase: cada um de nós com certeza a entende muito bem a partir da sua própria experiência!

Que paradoxo, porém: dependemos de algo para sermos humanos, e no entanto vivenciamos como inferno, como tormento, essa mesma “coisa” de que dependemos: os outros.

Talvez isso tenha a ver com a outra das referidas caracterizações de Aristóteles para o ser humano: “*Portanto, a escolha ou é raciocínio desiderativo ou desejo raciocinativo, e a origem de uma ação dessa espécie é um homem*”.¹⁶

Aqui o ser humano aparece definido por sua capacidade de ser *sujeito de escolhas*: um desejo que vai construindo seu caminho raciocinando; ou um raciocínio que está em movimento por desejar, ou por ser ao mesmo tempo um desejo.

O mais importante aqui é que se trata de uma capacidade individual: faça uso dela ou não, cada ser humano tem a possibilidade de escolher conforme o seu dese-

¹² Existem inúmeras edições da *Política* de ARISTÓTELES em português. Na redação do trabalho mencionado fiz uso da que estava em mãos no momento (São Paulo: Escala, s/d), sem nenhuma escolha especial.

¹³ Sobre Lev S. Vygotsky (1896-1934) e Alexander R. Luria (1902-1977), ver p.ex. Marta Kohl de OLIVEIRA, *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sociohistórico*. São Paulo: Scipione, 1997.

¹⁴ V. p.ex. Hélène CLASTRES, *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978. É impressionante pensar que estamos lidando aqui com o mesmo que os gregos chamariam de *lógos*!

¹⁵ Jean-Paul SARTRE (1905-1980), *Entre quatro paredes*. Coleção *Teatro Vivo*. São Paulo: Abril, 1976. O título original dessa peça é *Huis clos*.

¹⁶ ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, livro VI, cap.2. Em ARISTÓTELES. Série Os Pensadores, vol. IV. 1.^a edição. São Paulo: Abril, 1973.

jo – o qual é único tanto quanto é única a posição de cada ser humano em relação ao imenso número de fatores que o influenciam.

Ou seja: dependo dos outros para ser humano; mas essa mesma condição me faculta um desejar próprio, independente do conjunto de outros seres humanos que me possibilitou a subida até ela – e me confere possibilidades tão ricas e tão amplas, que o atrelamento a esse conjunto pode ser vivenciado como limitação dolorosa, como prisão. E aí podemos nos ver no tormentoso dilema entre trair ao grupo que “nos pariu”, ou trair a nós mesmos – e com nenhuma das decisões seguiremos realmente em paz.

Oh inferno! Queremos fugir para uma ilha deserta... mas sabemos bem que lá, depois de pouco tempo, também não estaremos felizes – isso se conseguirmos sobreviver! Onde estará a saída?

Lasciate ogni speranza voi ch'entrate – “deixai toda esperança, vós que entraís”, são as palavras que DANTE ALIGHIERI (1265-1321) imagina escritas no portão do inferno em seu poema dramático *A divina comédia*.

Sartre devia se lembrar disso quando definiu o convívio com os outros como inferno: da necessidade de convivermos *não há saída*. E ou nos conformamos com vivermos sofrendo nesse inferno...

... ou *inventamos um jeito* de que isso mesmo deixe de ser vivenciado como sofrimento – ou o seja no menor grau possível.

– Mas será possível, isso?

– E como saberemos se não tentarmos?

Tentar, inventar: também *isso* é característico de sermos humanos!¹⁷

¹⁷ Este mesmo tema é desenvolvido, com algumas diferenças no artigo **Em busca da integridade perdida: reflexões no cruzamento sócio-bio-psico para uma educação capaz de educar** (*Pedagogia do Convívio*, seções 8.1.2 a 8.1.5, disponível em <www.tropis.org/biblioteca>), no qual se trata do lugar da ÉTICA, da CORPORALIDADE e da ARTE na Educação, pelo prisma da Pedagogia do Convívio.

Seção 2. O CERNE DA PROPOSTA

2.1. Uma rara concordância humana universal ¹⁸

Acabo de sugerir que o drama maior da existência humana é o conflito entre, de um lado, a multiplicidade e a relativa independência de nossas vontades individuais, e, de outro, a necessidade de *sermos em coletivo* – o que na realidade coincide com a questão de onde partimos (a da aceitabilidade e/ou viabilidade da liberdade, vista em 1.1).

Acabo também de propor a todos nós o desafio de buscarmos transmutar o próprio inferno, descobrindo meios para que essa contradição deixe de representar sofrimento, ou passe a sê-lo no menor grau possível.

É especificamente com isso que estaremos trabalhando neste capítulo – porém para reconhecermos o pleno sentido da proposta no momento em que ela for enunciada é necessário que antes detalhemos um pouco mais a dinâmica de funcionamento do inferno que pretendemos desinfernizar.

2.1.1. DUAS PROPOSIÇÕES DA VOZ GERAL...

Poucas pessoas discordariam das seguintes duas proposições (ou *afirmações, declarações* – como você preferir):

- (1) *“O mundo não está suficientemente bom no momento em que vivemos”.*
- (2) *“É preciso ou pelo menos desejável que alguma coisa mude (isto é, que se faça ou que se deixe de fazer alguma coisa) para que o mundo fique melhor”.*

A frase que introduz as duas proposições (“poucas pessoas discordariam...”) não é mero “modo de dizer”: ela de fato indica que me parece provável que algumas pessoas *discordem* quer de uma dessas afirmações, quer das duas –

... mas que, por outro lado, me parece pouquíssimo provável que essas discordâncias, se de fato existirem, sejam suficientes (em sua natureza, número e/ou intensidade) para afetar de modo prático as conseqüências de a concordância quanto isso ser tão geral.

Sobre as possíveis discordâncias, creio que cabem ainda umas poucas observações:

Uma viria de alguns sistemas de crença que dizem o seguinte: “o universo já é perfeito; as pessoas precisam apenas aprender a aceitar esse fato” (ou outras formulações parecidas). Essa, porém, é uma discordância que neutraliza a si mesma, pois no fundo *também* admite que o mundo pode ser melhor: neste caso, se as pessoas *passarem a aceitá-lo ou deixarem de resistir* ao modo como ele é. Ora, isso não deixa de se enquadrar na definição “fazer ou deixar de fazer alguma coisa” (mesmo se apenas interiormente, no nível dos meus julgamentos e atitudes), nem na idéia de que as coisas ficarão melhores mediante alguma mudança, mesmo se a mudança for apenas em mim mesmo (nas minhas atitudes).

Ou seja: essa posição talvez seja a forma mínima (“mais enxuta”) do par de proposições acima, mas não está realmente fora do seu domínio. Não chega a ser de fato uma discordância.

¹⁸ Este capítulo reúne dois fragmentos, separados no original, de um livro maior em preparação. A forma em que aparecem aqui não deve ser considerada definitiva.

Já algumas outras pessoas dizem que não se importam nem um pouco em mudar o mundo – mas estão atrás de ganhos maiores para si. Ora, essas pessoas são parte do mundo – tanto elas quanto os seus ganhos. Quem diz que uma mudança para melhor nos seus ganhos não significa “uma mudança no mundo”? Se para o resto do mundo essa mudança é para melhor ou para pior, isso é outra questão. De qualquer modo, tampouco aqui existe uma discordância de fato: essas pessoas também acham que alguma coisa deve mudar para que o mundo fique melhor – mesmo se for melhor apenas para elas mesmas.

E enfim: se existem pessoas que realmente acham que tudo está suficientemente bom como está, e que não é preciso nem desejável fazer nada que seja movido pelo desejo de melhora de condições para ninguém do mundo, nem para elas mesmas... essas pessoas devem ser tão poucas que, como foi dito acima, sua existência não afetará as conseqüências práticas da quase-unanimidade geral. Seria algo assim como espalhar um quilo de açúcar no conjunto dos mares da Terra.

2.1.2 - ... E DUAS CONSTATAÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE ESSAS DUAS PROPOSIÇÕES

Creio portanto que, no nível prático, podemos apostar que essas afirmações expressem um sentimento unânime dos seres humanos –

... e isso não é pouco, pois, de todas as declarações possíveis que contenham julgamentos de valor (“isso é bom, isso não é bom, isso está bom, isso não está bom”), é provável que *nenhuma* outra chegue nem ao menos perto de conquistar adesão unânime! Já se tentarmos desenvolver uma conversa a partir dessas mesmas declarações, logo iremos descobrir que, assim como a unanimidade surge com elas, nelas acaba:

Se perguntarmos “*por que* o mundo não está suficientemente bom?” e “*como* se deveria agir (ou deixar de agir) para que o mundo fique melhor?”, provavelmente obteremos milhões de respostas diferentes, quem sabe bilhões. Mesmo as respostas que são à primeira vista iguais se mostrarão diferentes depois de um pouco de análise.

Um exemplo: muitas pessoas poderiam responder “o ser humano precisa se voltar mais para Deus”. Sugiro que nem discutamos aqui o fato de essa ser uma resposta que a pessoa *aprendeu que é adequada*, e de que talvez “por baixo” seu sentimento espontâneo seja outro; admitamos essa resposta como sincera e suficiente. Ainda assim, se prosseguirmos uns poucos passos na investigação, logo iremos verificar que dificilmente duas pessoas têm precisamente a mesma concepção de como é esse Deus, e sobretudo do que é que ele requer dos seres humanos.

Pelo menos neste momento não nos interessa discutir o conteúdo de nenhuma dessas opiniões; o fundamental é apenas perceber o quanto é curto esse trajeto que vai da unanimidade à mais absoluta divergência:

- ... da concordância quanto a que o mundo poderia e deveria ser melhor
(como talvez a única concordância praticamente geral entre os seres humanos)
- ... à absoluta divergência quanto a por quê o mundo não está bom
e como poderia ficar melhor.

Sugiro mesmo que, para facilitar a comunicação, convençionemos falar de “Primeira Constatação” (a da unanimidade ou quase-unanimidade) e de “Segunda Constatação” (a da total divergência).

2.1.3. O POSSÍVEL E O IMPOSSÍVEL (LIÇÕES DE UMA ORAÇÃO)

Vimos que é justificada a crença unânime de que *é preciso fazer (ou deixar de fazer) alguma coisa para que o mundo seja melhor*.

Mas... *começar por onde? E como?* – Ai de nós!...

... pois nossa segunda constatação foi que já *antes* do primeiro passo toda unanimidade acaba, substituída pela divergência total!

E aí? Terminamos o artigo aqui e vamos encher a cara?

Eu, pessoalmente, gostaria de tentar um pouquinho mais... Vamos?

E, já que as coisas desejáveis e necessárias são tantas, sugiro começar por tentar encontrar algum critério para distinguir não quais são as mais necessárias, e sim *quais são as mais facilmente realizáveis* – como qualquer pessoa esperta faz ao prestar um concurso: ir resolvendo as questões da mais fácil para a mais difícil.

E esse processo deve começar pela identificação do seu limite: a linha para lá do extremamente difícil, a linha do efetivamente impossível. Ou seja: devemos começar por admitir que nem tudo o que é desejável é possível.

Essa é a razão de ser da chamada “Oração da Serenidade” – encontrada em várias versões e de origem incerta:

*Deus,
concede-nos serenidade para aceitar as coisas que não podem ser mudadas;
coragem para mudar as que podem e devem ser mudadas;
e sabedoria para distinguir uma coisa da outra.*¹⁹

Seja quem for o autor ou autores, é realmente admirável como conseguiu expressar em tão poucas e simples palavras uma posição de tamanho equilíbrio, abrangência e alcance prático real. Apenas é estranho que tenha se popularizado o nome “Oração da Serenidade”, quando ela mesmo reconhece que há situações onde quem precisa ir na linha de frente é a coragem – e sobretudo quando reconhece que a sabedoria se situa num nível hierarquicamente superior tanto ao da coragem quanto ao da serenidade, pois é ela (sabedoria) que irá escolher entre uma e outra, ou ainda (mais provavelmente) elaborar um *blend*, uma composição das duas que seja adequada a cada momento. Por essa razão, creio que seria mais apropriado chamá-la “Oração da Sabedoria”, ou pelo menos “Oração da Serenidade e da Coragem”.

De um modo ou de outro, é significativo notar o uso dos *dois* verbos “poder” e “dever”, pois isso termina definindo não apenas dois campos (o que se pode e o que não se pode), e sim *quatro*:

- (a) o que é possível mudar... e deve ser mudado
- (b) o que é possível mudar... mas não deve ser mudado, apesar disso
- (c) o que não é possível mudar... embora devesse ser mudado
- (d) o que não é possível mudar... nem deveria mesmo ser mudado

A distinção entre os casos “c” e “d” pode parecer um refinamento inútil: “que diferença faz se deveria ou não deveria, se é impossível mesmo...” – porém deixa de ser inútil se considerarmos que a linha que divide o possível do impossível não é estática, mas se refere sempre ao conjunto de condições de um dado momento. Não é nada inútil, portanto, relacionar mudanças desejáveis em uma lista de espera!

Por outro lado, o reconhecimento do último campo (“o que nem deve nem pode ser mudado”) significa identificar no real *uma área de mobilidade mínima* – o que de nenhum modo é inútil! A natureza predominante do que é vivo é a mobilidade e flexibilidade, mas nem por isso nossos ossos merecem ser descartados. E de que serviria a mobilidade de um navio se a cada vez o cais a que se dirige também tivesse se deslocado para outra cidade?

¹⁹ Conhecida principalmente pelo seu uso regular nas reuniões do movimento Alcoólicos Anônimos, diz-se que o maior divulgador dessa oração foi o teólogo norte-americano REINHOLD NIEBUHR [1892-1971], porém não há certeza de que a autoria seja sua; há quem diga que procede ou pelo menos é inspirada em palavras do filósofo romano cristão BOÉCIO [480?-526?]. – No volume *Pedagogia do Convívio*, em 3.3.3, esta oração aparece acompanhada da seguinte nota: “ao trabalhar com jovens é absolutamente fundamental a honestidade quanto ao fato de que a fé teísta (crença em Deus) é uma opção pessoal, e não é condição indispensável nem suficiente (como a história bem prova) para um viver ético e construtivo. O ideal em questão é portanto apresentado em si, com o esclarecimento de que se pode optar por introduzi-lo com ‘Deus, concede-nos...’ ou com expressões como ‘almejemos’, ‘eu almejo’ ou outras semelhantes.”

2.1.4. O PROBLEMA QUE É A SOLUÇÃO

Mas por que é mesmo que começamos esta digressão sobre o possível e o impossível?

Ah, sim: porque estávamos em busca do caminho (ou pelo menos do primeiro passo) mais adequado para melhorar o mundo...

... e topamos com a mais absoluta das divergências quanto a isso.

Uma divergência que nos parece que seria tão bom eliminar, mas é tão vasta que realmente parece impossível... (“deveria mas não pode”, caso “c”...)

Mas não dissemos que os limites do possível não são estáticos? Será que não conseguimos transformar isto aqui num caso “a”, numa mudança possível? *Olha, tenho uma idéia de como!*

– *Mas... o quê? Você tem outra? Eu tenho uma idéia ótima de como conseguir concórdia, e você estraga tudo com OUTRA idéia de como conseguir concórdia? Acha que a sua é melhor? Não, um de nós dois vai ter que ceder...*

E pronto: afundamos ainda mais no círculo vicioso da divergência!

Fazendo o quê? Justamente tentando superá-la.

Ora... isso não será, então, uma indicação de que talvez devêssemos caminhar precisamente na direção oposta?

E, se for esse o caso, *qual* seria mesmo a direção oposta?

Deixar de tentar superar a divergência. Abandonar qualquer tentativa. Deslocá-la não do caso “c” para o “a”, e sim admitir que se trata de uma vez de um caso “d”: “não pode *nem deve* ser mudado”. (Afinal, falávamos de fazer *ou deixar* de fazer alguma coisa para o mundo ficar melhor).

Aceitar a divergência... mas isso não seria o caos?

A isso cabe antes de mais nada redarguir: *e COMBATER a divergência: não tem precisamente aumentado o caos que pretendia reduzir?*

Não se veja nisso, porém, a proposta de nenhuma atitude de conformismo imobilista! Ao contrário: o objetivo principal da Filosofia do Convívio é justamente demonstrar que esse ato de *aparente* desistência é justamente o que nos falta para *sair da paralisia*, abrindo possibilidades de ação inesgotáveis nos mais diversos campos, até onde a vista da nossa imaginação possa alcançar no futuro da humanidade.

2.2. O conceito de Convívio e seus campos de aplicação

Dentro deste conjunto de concepções, a palavra CONVÍVIO pode ser entendida, em uma expressão mais simples, como “vivemos *bem* na presença uns dos outros sem termos que perder nossas diferenças”.

Observe-se aí a palavra “bem”: viver mal *nem* é propriamente viver, não passa de sobreviver – e não é por uma mera “consobrevivência” que estamos trabalhando!

De um modo um tanto mais técnico, também podemos dizer que convívio é, em um sistema, a condição em que é ótima (isto é: a melhor *possível*) a relação entre cada ser, cada um dos outros seres e o todo do sistema.

O mais importante, porém, não é guardar definições em palavras, e sim entender que o conceito de “convívio” é absolutamente diferente do de “união”: não implica em nenhum atrelamento, *nem* em abrir mão das nossas diferenças. Para que haja convívio não é sequer necessário que haja concordância – a não ser a concordância quanto a respeitarmos reciprocamente os espaços pessoais e jeitos-de-ser uns dos outros.

Isso não significa que num estado de convívio não haja *interação* – muito pelo contrário: é no convívio, e não na união, que as interações podem chegar ao seu máximo de vivacidade e vitalidade, pois cada um tem o espaço e o direito de expan-

dir suas múltiplas possibilidades, e as interações se constituem em articulações dinâmicas, que ligam sem restringir o movimento de cada uma das partes.

Portanto: as **únicas** coisas que tenho que fazer pela unidade e integridade do todo são não atentar contra o diferente – e colaborar, sempre pelo meio mais brando que ainda seja efetivo, no sentido de que *ninguém* atente. Em outras palavras: empenhar-me para garantir a pluralidade e a diversidade.

De que isso tudo forme “um”, o próprio todo cuida; o universo inteiro testemunha o tempo todo de que ele é perito nisso.

Toda tentativa que eu, que sou apenas uma parte, fizer no sentido de unificar só irá aumentar a divisão, já que não estou em posição hierárquica para isso. Sou apenas, sempre, mais um irmão, nunca um pai.

E seria até cômico, se não fosse trágico, como cada um de nós irmãos é tentado o tempo todo a colocar-se como o representante mais adequado da autoridade do papai perante os outros irmãos...

Algumas frases de caráter aforismático podem ajudar a sintetizar essas idéias:

- *Não existe unidade senão na diversidade.*
- *Só a pluralidade nos une.*
- *Ligados em solidariedade por recusarmos vínculos artificiais, iguais por sermos todos diferentes, é apenas sendo muitos e diversos, e cada um livre por si, que formaremos Unidades benéficas e capazes de durar.*

Além disso, é importante notar que o conceito de convívio se aplica a outros campos além do que essa palavra costuma nos evocar de imediato, que é o inter-humano. Nomeando:

- **intra-humano** ou psicológico:
entre as diferentes forças interiores da nossa psique, os diferentes traços constituintes de nossa personalidade etc.
- **inter-humano:** social, cultural, econômico, político;
entre seres humanos, individual ou grupalmente, nas escalas:
- micro (ex.: casal, família, amigos)
- meso (ex.: organizações, cidades até certo porte) e
- macro (ex.: grandes cidades, países, o planeta)
- **inter-específico** ou ecológico:
entre seres humanos e os demais seres da Terra
- **cosmológico** (físico, filosófico, teológico) - ver adiante

Até este ponto, este artigo tratou quase integralmente do **CONVÍVIO INTER-HUMANO**. O **CONVÍVIO ECOLÓGICO** é abordado nas seções 2.3.6 e 2.4 (4), logo adiante.

Cabem aqui, portanto, algumas palavras sobre o **CONVÍVIO INTRA-HUMANO OU PSICOLÓGICO**: assim como o corpo, também a psique humana é complexa, constituída de muitas partes que têm necessidades tão diferentes quanto são diferentes, digamos, as necessidades do intestino, as do cabelo e as do cérebro. Essas diferentes partes também têm, portanto, diferentes *vontades*, que nem sempre é fácil harmonizar.

Além disso, sabemos hoje que nossa consciência, apesar de ser o fenômeno fabulosamente misterioso e poderoso que é – e de ser não menos que a base a partir da qual faz sentido falar em liberdade – conhece muito pouco do psiquismo dentro do qual vive. O campo inconsciente e subconsciente não inclui apenas conteúdos que foram expulsos da consciência e reprimidos, como pensava SIGMUND FREUD, mas também conteúdos ligados aos processos corporais (ver p.ex. os recentes trabalhos do neurologista ANTÔNIO DAMÁSIO), as estruturas de funcionamento instintivas preservadas de fases anteriores da evolução biológica (como se vê na teoria do inconsciente coletivo, de C.G. JUNG, ou na do cérebro triúncio de PAUL MACLEAN) – e provavelmente ainda mais.

Há portanto vastas áreas dentro de nós que tomam decisões sem o conhecimento da nossa consciência – inclusive decisões mais sábias que as que a consciência saberia tomar, mas que não deixam de ser negações ou pelo menos insuficiências *da nossa liberdade* enquanto a consciência não as conhecer.

Um dos aspectos mais significativos do convívio interior é, portanto, que a consciência possa crescer ganhando conhecimento de mais e mais setores do nosso inconsciente, não para substituí-los ou para suprimi-los, mas dispondo-se *a aprender deles mediante o convívio*.

Um exemplo: em áreas tão diversas quanto as Artes do Corpo, a fisioterapia, e a vida sexual, o bom desempenho depende fundamentalmente do aprendizado da consciência com a ancestral *sabedoria do corpo* – a qual não deixa de ser parte do psiquismo pelo fato de estar vinculada à musculatura ou a outros órgãos fora da cabeça.²⁰

Um pouco mais sobre o convívio psicológico será dito no capítulo 3.2, enquanto que sobre o **CONVÍVIO COSMOLÓGICO** estão reservadas algumas palavras para o encerramento do artigo (seção 4).

2.3. Introdução à idéia de um ESTATUTO FUNDAMENTAL DA HUMANIDADE²¹

Como começar a caminhada na direção de uma sociedade radicalmente pluralista e convivial? Evidentemente não é uma questão fácil – e por sua própria natureza não faz sentido esperar que haja uma resposta única. Creio que cada um de nós deve fazer as suas apostas e os seus esforços nesse sentido.

E quais seriam as minhas apostas pessoais?

Uma delas, evidentemente, está no campo da Educação – razão pela qual no Convivialismo a reflexão e experimentação pedagógicas são tão importantes, senão mais, que a reflexão filosófica geral (v. 1.3).

Outra aposta, porém, tem caráter mais diretamente político e reside no empenho pela substituição de velhas doutrinas e instituições por outras que derivem todas, pelos métodos minimalistas, do princípio central do respeito ao modo de ser e à autonomia decisória de cada ser humano.

E um passo inicial desse empenho é a tentativa de expressar tal princípio e suas conseqüências iniciais em termos tão simples e precisos quanto possível, de um modo que pudesse ser proposto ao consenso da humanidade de modo semelhante a, digamos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Sonho utópico? Provavelmente sim – porém isso *não* quer dizer irrealista. Hoje vivemos dentro de instituições políticas sonhadas na época do iluminismo – e há menos de cem anos ainda era impensável que algum Estado aderisse ainda que teoricamente a um documento como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O capítulo 2.4, adiante, será uma transcrição dessa proposta de Estatuto no estado em que se encontra neste primeiro semestre de 2008 – enquanto o presente capítulo lhe serve de introdução ao reafirmar, complementar e sistematizar um pouco mais as idéias que viemos expondo desde o capítulo 1.5.

²⁰ Sobre esta área é interessante acompanhar as descobertas recentes da investigação neurológica (o que pode ser feito, entre outros caminhos, através de revistas sérias como *Mente & Cérebro*), mas também as investigações de autores do século XX como ALEXANDER LOWEN ou MOSHE FELDENKREIS, sem falar do próprio WILHELM REICH. Também a tradição oriental da IOGA tem muito a ensinar neste sentido.

²¹ Com pequenas diferenças, este capítulo e o seguinte (2.3 e 2.4) foram publicados na internet em 26.01.2008 como um artigo independente (8 pp.), como forma de participação nas atividades descentralizadas que constituíram o Fórum Social Mundial em 2008 – e continuam à disposição também na forma original em <www.tropis.org/biblioteca>. Apenas alguns trechos foram lidos e comentados na apresentação de dia 18.02.2008 na Fábrica de Criatividade.

2.3.1. UMA MULTIPLICIDADE SÓ: A DAS REGRAS E A DAS TRANSGRESSÕES

Vivemos em uma sociedade onde, na prática, a regra é a transgressão das regras que as teorias declaram estabelecidas.

Não me refiro somente à sociedade brasileira: em diferentes medidas e estilos, encontraremos disso em todos os diferentes lugares do mundo. Ainda assim, é bem provável que as sociedades campeãs nesse item sejam mesmo as latino-americanas, entre elas a brasileira.

Isso não é casual: as razões históricas não são poucas; renderiam e já têm rendido livros – mas não é neste artigo que poderemos explorá-las.²² No momento só quero chamar a atenção para o fato de que nossas sociedades campeãs de transgressões também costumem ser – talvez por herança da verbosidade e do legalismo romanos – campeãs na quantidade e variedade de regras.

Ora, se perguntarmos por que existem transgressões, a resposta mais óbvia é “porque existem regras”... Não houvesse regra nenhuma, e tampouco haveria transgressão...

E aí podem me provocar: “quer dizer que, se não existissem regras, enfiar a faca na barriga do outro não seria uma transgressão?”

A isso eu tendo a responder: seria uma transgressão sim, mas não de uma mera regra, e sim de algo maior do que palavras como “regra” ou “lei” são capazes de sugerir – e que pelo menos no momento eu prefiro nem tentar nomear, pois sem dúvida permanece maior na intuição não-verbalizada que sob qualquer palavra que lhe possamos atribuir: “o Tao que pode ser nomeado não é o verdadeiro Tao”.²³

Além disso, tampouco estou dizendo que acho possível ou desejável viver num tal estado de “zero regras”; o que creio é que precisamos passar por ele *mentalmente*, como parte de um processo de crítica do quadro que temos hoje.

Nosso mundo de regras parece ter surgido como um espelhamento do mundo de situações que elas visam enfrentar – tendo-se abordado tal mundo justamente pelo pólo da máxima diversificação e especificidade, e não buscando o que tais situações possam ter de comum por trás de si. Como se buscássemos lidar com uma árvore a partir de cada uma de suas folhas e brotos terminais, em lugar de buscar o tronco, ou pelo menos a origem das grandes ramificações.

Estou convencido de que, de todas as situações que representam problema e que exigem alguma ação em resposta, todas as que decorrem de ações e atitudes humanas têm **uma origem só**, e seu melhor enfrentamento possível é o direcionado a essa origem.

2.3.2. A MÃE DE TODAS AS VIOLÊNCIAS

Dando nome aos bois:

A origem comum de todas as situações que representam problema e que não podem ser meramente ignoradas mas exigem dos seres humanos alguma ação...

... é precisamente a tentativa, por parte de um ser humano, de controlar a vida de outro, subtraindo-a do controle do próprio outro – quer momentânea, quer duradouramente.

²² Nesse sentido, uma trilha que pode parecer extravagante mas considero de extraordinária profundidade e consistência com a realidade é a perseguida por Héctor Hernan BRUIT em *Bartolomé de las Casas e a simulação dos vencidos* (Campinas: Unicamp / São Paulo: Iluminuras, 1995).

²³ O que é uma das leituras possíveis da primeira frase do *Tao Te Ching*, o clássico do pensamento chinês atribuído a Lao Tsé. Não é muito diferente o que vejo, aliás, na famosa tirada de WITTGENSTEIN em seu *Tractatus Logico-Philosophicus*: “sobre o que não se tem como falar, tem-se que calar” (*wovon man nicht reden kann, darüber muss man schweigen*). Não acho que seja possível calar sempre que estejamos diante desse limite, mas que, quando falarmos, precisamos pelo menos estar conscientes de que nosso discurso mal passa de uma sombra – e avisarmos o outro disso.

Naturalmente tais tentativas podem partir de seres humanos *em grupo* e se dirigirem também a grupos, porém é importante manter que, em última análise, a ação é sempre executada por, ou no mínimo através de, seres humanos individuais.

Os mais diversos atos considerados criminosos ou de violência podem ser reduzidos a essa fórmula – como p.ex.: forçar o outro a contato sexual contra sua vontade; obrigar o outro a entregar sua carteira ou a abrir a sua casa; e, no limite, tirar a própria vida de outro contra sua vontade (este detalhe *não* é redundante).

Mas também há abundância de atos considerados legítimos pela nossa ordem social e que também se reduzem a essa fórmula, como: impedir o outro de fazer coisas de que gosta e que não são prejudiciais a terceiros, apenas porque não fazem parte do quadro de comportamentos que o impositor considera legítimos; medicar o outro quando em estado terminal para prolongar sua sobrevivência contra sua vontade; e o mais comum: criar e/ou cultivar condições que forcem o outro a entregar sua força de trabalho em troca de compensações insuficientes.

Não hesito em usar a palavra “mal” para essa atitude fundamental – adiando para outros trabalhos todas as discussões que isso possa suscitar.

A manifestação de tal mal é sempre um ato de violência – mas quanto a isso é preciso observar, antes de mais nada, que a maior parte da violência existente não é óbvia ou gritante, mas permanece invisível.

E ainda: a maior parte da violência visível é *reativa* – isto é, surge em reação a uma violência anterior que com muita frequência permanece invisível.

Portanto, quando vemos qualquer ato violento, antes de qualquer acusação é preciso investigar a sério se não se trata de violência reativa, e, caso se trate, investigar onde se encontra a violência primária ou raiz que causou a reação.

E não hesito em dizer que não vejo na violência reativa a mesma carga de culpa (sim, a palavra é *essa*) que na violência primária que leva às reações.

2.3.3. LIBERDADE COMO DIGNIDADE

A dignidade inteira do ser humano se radica em sua liberdade – ou seja, em sua capacidade (realizada ou potencial) de opção autônoma – e em nada mais.

Sem dúvida há outras coisas que concorrem para essa dignidade, porém sem a liberdade todas elas se tornam inúteis no sentido da dignidade.

Alguns diriam por exemplo: “tanto ou mais que da liberdade, a uma vida digna depende de moradia, saúde, educação...”

E aí eu pergunto: e o ser humano cuja liberdade foi integralmente respeitada, *escolheria* alguma vez ficar sem moradia, saúde, educação?

Algumas vezes *parece* que sim – e aqui nos acodem respostas vindas de dois ramos principais:

Primeiro, a liberdade de que falamos não é “em teoria”, nem é “de segunda geração”: trata-se da possibilidade *concreta* de optar por ter saúde ou não –

... e não da mera possibilidade de tentar conquistar a possibilidade concreta de optar por ter saúde ou não. Qualquer fator que dificulte o acesso de uma pessoa à saúde, enquanto faculta ou pelo menos não dificulta o acesso de outra, *já é uma atentado à liberdade da primeira*.

Segundo, com frequência pessoas que aparentemente estão rejeitando moradia, saúde ou educação estão rejeitando na verdade *uma determinada* moradia ou tipo de moradia, um tipo de cuidado de saúde (ou *alegado* cuidado de saúde), um tipo de educação.

E isso porque, apesar de seu estado de carência, têm a capacidade de reconhecer que o que está diante de si é um simulacro de escasso ou nenhum valor, ou talvez

porque, independente de valor, a opção única de educação que têm diante de si “não fala a sua língua”, não lhes diz nada nos termos da sua herança cultural.²⁴

2.3.4. CEDENDO UM POUCO PARA GANHAR MUITO

A razão-de-ser central desta proposta de *acordo inter-humano geral* é: a busca da **liberdade mais absoluta que seja capaz de durar**.²⁵

Em última análise sou daqueles que adorariam que a humanidade pudesse viver em estado de liberdade realmente absoluta, com zero de regulamentação.

Acontece que tal estado de liberdade absoluta nunca dura, pois permite até mesmo o seu próprio desmonte. É sempre uma liberdade suicida.

Surge então a pergunta: qual é a *menor* relativização da liberdade que já a torna viável, capaz de durar? Ou: qual é o máximo estado de liberdade que não chega a ser autodestruidor?

Essa será a maior liberdade *possível* – pois maior que essa não se mostra possível senão por instantes.

Ou então: este é o estado de menor restrição possível, pois se houver ainda que um pouquinho menos de restrição, logo em seguida restrições muito maiores tomam conta da situação.

Porém devo deixar claro ainda que estou falando da liberdade humana *geral*, ou da máxima liberdade para *todos* os seres humanos: uma alta liberdade de alguns às custas da falta de liberdade de outros (como no liberalismo econômico) definitivamente não faz parte dos objetivos deste filosofar; ao contrário: faz parte justamente dos estados de liberdade mais restrita (ou corrompida) que se pretende evitar.

2.3.5. O PROBLEMA DA FISCALIZAÇÃO DOS FISCAIS

O Estatuto acaba concedendo lugar a *um* tipo de restrição ou violência: aquela que visa impedir que haja qualquer outra restrição ou violência.

Ora, isso não é muito diferente da clássica definição sociológica do Estado: a instituição, entre todas as outras, cujo recurso à violência é considerado legítimo. E sabemos bem que tal concessão já deu ocasião às maiores distorções e horrores.

O Estatuto não diz *como* se exercerá a restrição em defesa da liberdade – e portanto não diz nem desdiz que a responsabilidade seria de algo como o Estado que temos hoje.

Por outro lado, diz que deve ser buscado sempre o meio mais brando possível para exercer tal restrição, mas não diz quem fiscalizaria e/ou avaliaria o cumprimento dessa disposição.

Há uma razão fundamental para essas indefinições: tal sistema de defesa do bem de todos só poderá funcionar adequadamente se for ele mesmo uma construção de todos – e além disso se respeitar profundamente as peculiaridades de cada local ou região não muito extensa; ou seja, se for uma construção democrática no sentido mais honesto e radical dessa palavra.²⁶

2.3.6. COMPLEXIFICANTE I: NATUREZA

Seria possível aplicar estas mesmas regras ao convívio extra-humano, isto é, com as outras espécies vivas?

²⁴ O exemplo da educação esbarra em outras complexidades pelo fato de envolver crianças, que ainda não têm como ser sujeitos de escolha plenos, e por envolver decisões de pais no lugar de crianças. É preciso registrar que estou consciente dessas complexidades, mas aprofundar-se nelas terá que aguardar outra ocasião. (Mais algumas palavras sobre crianças em 2.3.6).

²⁵ Com perdão do contra-senso lógico que é a expressão “mais absoluta”; acontece que, *como modo de expressão*, funcionou melhor que qualquer outra neste preciso contexto.

²⁶ Sobre a viabilização dos processos democráticos, remeto ao capítulo 11.2 da minha *Pedagogia do Convívio* (“Democracia Holográfica”).

Ao que tudo indica não – pelo menos enquanto também os jacarés e os vírus não começarem a cultivar a reflexão ética – inclusive de ética interespecífica, como nós humanos já somos capazes.

Porém justamente as capacidades especiais do ser humano o capacitam a entender as razões desses outros seres, e buscar respeitá-las tanto quanto possível.

“Tanto quanto possível” porque para respeitá-las de modo absoluto seria preciso voltar muitos milênios na história humana para tomar outro rumo desde lá.

E isso equivaleria a decidir pela morte de bem mais de metade da humanidade.

Biologicamente justo? Talvez... Mas quem dentre nós está em condições de decidir pela morte de outro ser humano? E de cinco bilhões? E parece bem pouco provável que cinco bilhões de seres humanos venham a se decidir pelo suicídio em benefício da natureza e dos outros...

Por essas razões todas, a questão interespecífica do Convívio Universal não deixa de aparecer no Estatuto, mas sem nem de longe a nitidez e a pretensão de simplicidade da parte intra-específica, ou seja, o Convívio Humano.

2.3.7. COMPLEXIFICANTE II: CRIANÇAS

Crianças são seres humanos em formação que partem de um estado de praticamente nenhuma autonomia e que dão *a cada dia* alguns passos na direção do estado de capacidade de decisão autônoma que deve caracterizar o adulto humano.

Isso introduz no quadro vários tipos de complexidade, e recomenda que se crie um estatuto separado relativo às questões das crianças. Esse desafio não será enfrentado aqui, mas posso adiantar que um estatuto que eu propusesse teria *muito pouco* em comum com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor no Brasil.

Mesmo sem aprofundamento, há no entanto alguns aspectos dessa complexidade que precisam ser mencionados aqui:

É evidente que inicialmente as crianças não têm condições que lhe permitam optar – porém mais importante que isso é: não têm condições de carregar as consequências das opções que fizessem.

Caso as condições externas não o impeçam, porém, esse estado se modifica um pouco a cada dia; como o movimento do ponteiro de horas de um relógio, essa modificação é gradual e imperceptível num determinado instante – porém constante e cumulativa.

As regras e leis costumam errar barbaramente por tratarem todo o período “infância” como uma coisa só – isso quando ainda não colocam no mesmo saco a adolescência. Ou seja: a lei que trata de uma pessoa com 17 anos e 364 dias não é a mesma que trata de pessoas de 18 anos, e sim a que trata de pessoas de 6...

As implicações mais nocivas disso não são as relativas à idade de responsabilidade penal (como alguns podem estar pensando), e sim as extremamente patogênicas restrições à liberdade sexual no momento mais intensamente sexual da vida humana: a adolescência. Esse fato foi tratado com clareza já nas primeiras décadas do século XX (entre outros pelo próprio Freud e por Wilhelm Reich), mas nas últimas décadas foi novamente obscurecido por mais uma ofensiva mundial do puritanismo norte-americano.

Um aspecto a destacar quanto às crianças propriamente ditas, especialmente em idade pré-escolar, é que qualquer violência que cheguem a exercer é ou acidental, ou envolta em denso véu de inconsciência, de modo que *já* pode servir de justificção à violência de um adulto nos termos de “violência reativa” como expostos acima (2.3.2).

Lembro ainda que já foram ditas algumas palavras na nota 23 (ponto 2.3.3) sobre a mediação dos adultos na relação das crianças com a educação.

2.4. Minuta para um ESTATUTO FUNDAMENTAL DA HUMANIDADE em 4 seções

O texto abaixo vem todo contido sob este título 2.4, porém sua numeração interna é independente da numeração geral do artigo, razão pela qual encontra-se destacado em uma caixa.

<p>1. Estatuto Fundamental da Dignidade e do Convívio Humanos - NÚCLEO CENTRAL MÍNIMO</p> <p>1.1. Nada pode ser imposto por nenhum indivíduo ou grupo humano a nenhum indivíduo ou grupo humano (nem mesmo por um grupo aos seus próprios membros).</p> <p>1.2. A única exceção a essa regra é ela mesma, que pode <i>e deve</i> ser imposta sempre que necessário. Ou seja: impedir que alguma coisa seja imposta é ao mesmo tempo um direito e o único dever permanente de todos.</p> <p>1.3. Deve ser sempre buscada a forma mais branda possível para realizar a imposição da não-imposição que vem prescrita acima.</p> <p>2. Estatuto Fundamental da Dignidade e do Convívio Humanos - NÚCLEO CENTRAL MÍNIMO EM FORMA DE DEVERES</p> <p>2.0. Pelo bem de cada pessoa e da humanidade inteira, todos são convidados a concordar em que os seguintes três deveres são permanentes e universais para todos os indivíduos e todos os grupos humanos:</p> <p>2.1. o dever de não impor nada a nenhum outro indivíduo ou grupo humano, nem mesmo um grupo aos seus próprios membros;</p> <p>2.2. como única exceção ao primeiro, o dever de impedir que qualquer indivíduo ou grupo humano imponha alguma coisa a qualquer outro indivíduo ou grupo humano;</p> <p>2.3. o dever de buscar sempre a forma mais branda possível para exercer o segundo dever.</p> <p>3. Estatuto Fundamental da Dignidade e do Convívio Humanos - FORMA EXTENSA</p> <p>3.0. Em benefício de cada um e de todos nós, optamos por concordar com os seguintes quatro artigos como Estatuto Fundamental da Dignidade e do Convívio Humanos, que pode igualmente ser chamado de Estatuto da Liberdade; outros pontos de concórdia serão sempre bem-vindos, mas reconhecemos que nenhum tem tanta urgência e prioridade quanto estes quatro:</p> <p>3.1. O que caracteriza cada um de nós como indivíduo humano é o fato de ser uma unidade decisória livre: a unidade mínima capaz de escolher o que quer e o que faz, mesmo se nem sempre fizer uso dessa capacidade.</p> <p>3.1.1. Qualquer ser humano que se encontre impedido de fazer uso de sua capacidade de decisão por razões externas a si se encontra sob um estado de opressão.</p> <p>3.2. Com uma única exceção, nenhum de nós seres humanos tem direito de colocar outro sob opressão, ou seja: de criar situações que expropriem outro ser humano do gozo da sua capacidade de decisão, quer obrigando-o a, quer impedindo-o de seja o que for; quer excluindo-o, quer incluindo-o contra a sua vontade seja no que for.</p>
--

3.2.1.	O estado de opressão é indigno para todo e qualquer ser humano, e faz parte da dignidade de todo ser humano não aceitar esse estado nem para si mesmo, nem para qualquer outro.
3.2.2.	Cada ser humano têm o direito de delegar a outro ser humano parte de seu direito de decisão, para fins específicos e por tempo limitado, porém conserva sempre o direito de revogar essa delegação a qualquer tempo.
3.2.3.	Se algum ser humano se mostra temporária ou permanentemente incapaz de exercer a sua própria capacidade de decisão de modo a preservar-se em vida digna, e isso por razões próprias (ou seja, sem que seja impedido ou compelido por nenhum outro), a coletividade humana como um todo é responsável por conservar esse ser humano em estado digno, tomando em seu lugar decisões compatíveis com as que ele tomaria para si caso estivesse em pleno gozo de sua capacidade.
3.2.3.1.	Os períodos de infância e de adolescência são casos especiais de grande importância e complexidade, e devem ser objeto de estatutos específicos, os quais não devem deixar de levar em conta que nas crianças a capacidade de decisão se encontra em permanente construção e crescimento, de modo que são necessárias abordagens diferentes para cada ano de idade, ou pelo menos para cada grupo de poucos anos, e tampouco que a capacidade de decisão e/ou de participação em decisões se desenvolve muito mais rapidamente que a capacidade de automanutenção, e portanto as duas não devem ser tratadas como uma coisa só.
3.2.4.	Nos casos em que, mesmo apoiado para isso, se mostrar impossível que um determinado ser humano recupere sua plena capacidade de decisão autônoma, a coletividade é responsável por tomar cuidados para que esse fato não venha a prejudicar a capacidade de decisão autônoma dos seus descendentes ou de outros eventuais dependentes.
3.3.	A única exceção ao artigo 3.2 (conjunto) é a que o protege de si mesmo, ou seja: todo ser humano tem não apenas o direito mas também o dever de impedir, sempre pelo meio mais brando que ainda seja eficiente, que um segundo ser humano faça uso da sua vontade livre para expropriar a vontade livre quer do primeiro quer de terceiros.
3.3.1.	A coletividade deve buscar desenvolver meios tão seguros e tão pouco traumáticos quanto possível para proteger cada um de seus integrantes de quaisquer tentativas de expropriação de sua liberdade.
3.3.2.	As medidas de proteção da liberdade geral podem ser exclusivamente de duas naturezas:
3.3.2.1.	de tentativa de conscientização e persuasão do infrator no sentido do respeito à liberdade alheia;
3.3.2.2.	ou, sendo insuficiente a primeira medida, de restrição à sua liberdade de convívio, em diferentes graus e se necessário até mesmo em caráter permanente – isso porém apenas como proteção à liberdade dos outros, e nunca com caráter punitivo.
3.3.2.2.1.	Nenhum ser humano, ainda que em posição de autoridade, tem o direito de aplicar a nenhum outro ser humano nenhuma medida com caráter de punição, sobretudo medidas que atentem contra a integridade física e/ou psíquica do outro.
3.4.	Todas as demais leis e instituições da humanidade devem ser gradualmente repensadas e rearticuladas entre si, de modo a porem-se a serviço deste estatuto fundamental, subordinando-se a ele como critério maior, e tomando-o como ponto de partida para quaisquer novas regulamentações que se façam necessárias.
3.4.1.	As leis são tão mais fortes quanto menos numerosas, e devemos tentar evitar por todos os modos a introdução de toda e qualquer regulamentação que possa ser evitada.

4. Estatuto complementar do Convívio Universal

4. Em benefício de cada um e de todos nós, concordamos igualmente com os seguintes dois artigos que buscam estender ao convívio com outros tipos de seres, na medida do possível, a atitude que reconhecemos como obrigatória no convívio humano mediante o *Estatuto Fundamental da Dignidade e do Convívio Humanos*.
- 4.1. Todos os diferentes seres em existência, humanos ou não, devem ser tratados com respeito.
- 4.1.1. Exemplos de seres não-humanos são não apenas os seres vivos em sentido estrito (animais e plantas), mas também os sistemas vivos em sentido mais amplo (ecossistemas) inclusive com seus elementos ditos abióticos (p.ex. cursos d'água, ventos, estruturas rochosas), e ainda as entidades de natureza cultural: tradições, línguas, mitos, realizações artísticas, valores e idéias.
- 4.2. Nós seres humanos assumimos como nossa tarefa o esforço no sentido de que a existência de um ser não fira, ou fira apenas o menos possível, a existência de outro ser.
- 4.2.1. Nos casos de conflito de interesses entre seres humanos e não-humanos, esgotadas até última instância as possibilidades de contornar o conflito, nós seres humanos devemos não só reservar-nos o direito como também assumirmos como dever dar prioridade aos seres de nossa própria espécie – mas devemos continuar nos esforçando para que o prejuízo aos demais seres seja o menor possível.
- 4.2.2. Para os fins do parágrafo 4.2.1 acima, podemos classificar os seres nos seguintes cinco graus, com os quais nosso compromisso de preservação deve ser crescente:
- 4.2.2.1. O existente em geral, incluindo seres culturais (idéias, tradições, etc).
- 4.2.2.2. O existente em forma corpórea.
- 4.2.2.3. O vivo (ou organizado organicamente).
- 4.2.2.4. A humanidade.
- 4.2.2.4.1. Em princípio, nosso compromisso deve ser com a humanidade inteira, e nunca com uma parte dela em detrimento da outra. Sendo porém absolutamente indispensável uma opção, cabe priorizar aqueles que respeitam estes estatutos, ou seja: os que buscam ao máximo meios não-opressivos de lidar com as divergências inter-humanas.
- 4.2.2.4.2. Ao contrário do caso acima, não se justifica a tomada de posição em favor do grupo a que pertencemos, apenas por ser o nosso grupo, em detrimento do restante da humanidade.

Seção 3.

GRUPOCENTRISMO E DISCRIMINAÇÕES: O PENSAMENTO CONVIVIAL APLICADO A ALGUMAS QUESTÕES PRÁTICAS (sobretudo de interesse pedagógico)

3.0. Motivos de discriminação: resultados de uma pesquisa informal²⁷

ESCLARECIMENTOS INICIAIS:

Em 13.02.2008 foram colhidas 5 respostas espontâneas de cada uma de 20 pessoas – educadores e outros funcionários da *Fábrica de Criatividade* – por escrito e sem identificação. Foi solicitado que se registrassem motivos de discriminação conhecidos por cada um, mas não necessariamente de sua experiência pessoal como discriminados. As categorias foram identificadas posteriormente, a partir da comparação das respostas.

Foi solicitado ainda que cada um desse destaque ao motivo que lhe parecia mais problemático - porém só quatro dos entrevistados o fizeram (os indicados na coluna 4). Aos motivos indicados com destaque foi atribuído valor 1,5 (contra 1 dos sem destaque), o que explica que a soma dos pontos ultrapasse 100.

Outros valores fracionários provêm da divisão de um motivo classificado em duas categorias (p.ex. “deficiência física e mental” entre FIS e PSIC; “morar em favela” entre ECON e ORIG; “linguagem” entre ESC e ORIG, etc).

Os motivos relacionados a religião foram lançados em ESCOLHAS PESSOAIS, e não no campo de CULTURA DE ORIGEM, pois consideramos que seja essa a categorização mais correta para indivíduos adultos em São Paulo hoje.

²⁷ Este capítulo se encontra acessível na internet separadamente, em página html, no endereço <www.tropis.org/biblioteca/discrimin.html>

Tabela 1:

MOTIVOS DE DISCRIMINAÇÃO SOCIAL MAIS LEMBRADOSpor 20 membros da equipe da **Fábrica de Criatividade**

ver T2	ver T3	MOTIVOS DECLARADOS	destaques	pontos
FIS	F	cor/raça: cor 5; raça 5; pessoas negras 1 - (etnia lançado em ORIG)		11
ECON	I	situação econômica e social: sem definir se boa ou ruim		7
ECON	M	situação econômica e social: ruim		7
ESC	T	relação com religião: religião (sem especificar) 1+1,5 religião diferente 1; ser ateu 1; não ter religião 1	1	6
ORIG	F/T	características culturais de base: etnia (grupos étnicos); ter uma cultura diferente; linguagem (div. com estilo de vida/comportamento)		5,5
ESC	T	tribos de estilo ou gosto artístico: ser straight edge; rapper, roqueiro; dançar axé; tocar atabaque: 1,5 divididos com 'cultura de origem' e 'religião' (significado cifrado altamente provável)	2	5
EDUC	M/T	educação: deficiência: não ser bem informado, não conhecer determinado assunto, não ter formação. Não responder questões foi dividido entre EDUC (não estar capacitado) e ESC (não querer ou gostar de responder).		4,5
ESC	T	estilo de vida: modo de viver; não ter estilo fixo; um determinado comportamento; vida social (?)	1	4,5
EDUC	I	educação: sem definir se presença ou deficiência educação, conhecimento, conhecimento intelectual, experiência		4
FIS	T	características físicas, geral: aparência (natural ou vestimenta?); estética ("); "feição"		4
GEN	I	sem definição: diferenças; ser diferente; imagem criticada; desigualdade		4
ESC	T	modo de vestir; vestimentas (dividido com sit.econômica); colar afro (dividido com características culturais de base)		3,5
ESC	T	modo de pensar: modo de pensar ; ideais; não ter a mesma opinião que todo mundo		3,5
PSIC	F	características psicológicas: orientação sexual: gay 1, homossexual 2, sexo 0,5		3,5
PSIC	F	características psicológicas: "jeito de ser" - "o que você é"		3,5
ORIG	F	local e/ou cultura de origem específico: ser baiano; nordestino; favela		2,5
PROF	T	profissão/ocupação: trabalhar com arte 2; trabalhar no farol 0,5		2,5
ECON	I	situação econômica e social positiva: ter condição de vida melhor; <i>poder</i>		2
FAM	T	situação familiar: ser órfão; ser mãe solteira		2
FIS	F	características físicas: deficiência física (1 + 2 x 0,5)		2
FIS	F	características físicas específicas: estatura		2
ORIG	T	local de origem, geral: nacionalidade; bairro		2
PSIC	F	características psicológicas: problemas psiquiátricos		2
FIS	F	características físicas: sexo (ser homem ou mulher)		1,5
ESC	T	relação com esporte: ser corintiano		1
ESC	T	relação com política: ser petista		1
FIS	T	características físicas específicas: obesidade		1
FIS	T	características físicas específicas: feiúra		1
PSIC	F	características psicológicas: introversão: ser quieto, desconfiado		1
PSIC	F	características psicológicas: extroversão: "ser alegre mesmo sendo mulher"		1
PSIC	F	características psicológicas: deficiência mental (2 x 0,5) (> também pode ser considerado físico)		1
TOTAL DE PONTOS (ver ESCLARECIMENTOS INICIAIS)				102

Tabela 2: CATEGORIAS DE CARACTERÍSTICAS

ESC	Escolhas pessoais (idéias, estilos, inclusive religião)	24,5
FIS	Características físicas (inclusive cor)	22,5
ECON	Situação econômica e social	16
PSIC	Características psicológicas (inclusive orientação sexual)	12
EDUC	Educação	8,5
ORIG	Origem geográfica e cultural	10
GEN	Diferença, de modo genérico	4
FAM	Situação familiar	2
PROF	Profissão ou ocupação	2,5
	TOTAL DE PONTOS (ver ESCLARECIMENTOS INICIAIS)	102

Tabela 3: CATEGORIAS DE ALTERABILIDADE DAS CARACTERÍSTICAS MENCIONADAS
(avaliação pessoal de R.Rickli, relacionada aos critérios mencionados no capítulo 2.1.2)

M	deveria [poder] ser mudado
T	talvez possa ser mudado, mas não deveria ser considerado necessário
F	fixo: <i>não</i> pode ser mudado (em alguns casos cabe 'minorar dificuldades')
I	indefinido: informações insuficientes para avaliar

3.1. O retorno do reprimido: violência reativa, perversão sexual etc.

Estendida para todos os campos da realidade (cf. 2.2), a noção de convívio nos permite adotar a perspectiva de que há uma posição apropriada para tudo o que existe – ou seja: de que nenhum ser é intrinsecamente mau; torna-se destrutivo quando está em lugar inapropriado; e geralmente está em lugar inapropriado porque foi forçado a isso. – Um exemplo: há organismos que podem causar doenças terríveis se introduzidos em um corpo humano vivo, mas que são necessários e utilíssimos no processo de transformação dos corpos já mortos.

Tanto no campo intra-humano (psicológico) quanto no inter-humano (social), e pelo menos em certa medida até nas relações com a natureza (campo ecológico), terminaremos por descobrir que as tentativas de reprimir e/ou suprimir algum elemento são não apenas inúteis, como efetivamente nocivas:

... o que foi reprimido internamente acaba eclodindo aqui ou ali em forma de patologia (doença) psíquica, física ou ambas;

... o que foi reprimido no campo social acaba emergindo em forma de violência visível.

Esta expressão “violência visível” se deve ao fato de que há violências invisíveis que precedem praticamente toda violência que chegamos a perceber. Praticamente toda violência visível é *reativa* – surge em reação a estados de opressão (repressão, tentativas de supressão) a que o ser que vemos como violento foi submetido antes.

A violência invisível geralmente o é porque já nascemos em meio a ela, e crescemos tendo a impressão de que aquela é a ordem natural das coisas. Não nos perguntamos, p.ex., por quantas horas e em que condições a pessoa que dirige o nosso ônibus está trabalhando: é como se o ônibus andasse por ser ônibus, não por estar sendo dirigido por um ser humano, e “motorista” fosse apenas umas das peças do ser-ônibus.

Também não vemos que muros e grades, muito mais que defesa contra a violência, são eles mesmos gestos de violência materializados. A violência contra a qual eles nos defendem não é primária, já é reativa: a violência primária em questão é a que está materializada no próprio muro: a de impedir que a maior parte da população desfrute de benefícios que foram gerados com a sua participação – tanto na hora de produzir quanto na de comprar. (A boa compreensão deste ponto pode depender de que se adquiram conhecimentos sobre os mecanismos de acumulação de capital e sobre a força psico-social a que se dá o nome de *ideologia*).

No campo psicológico, um exemplo gritante de “retorno do reprimido” é o que vemos nas perversões sexuais –

... e aqui é preciso esclarecer antes de mais nada diferença entre perversão e *variação* do impulso sexual. Por bizarros que possam parecer, atos realizados com consentimento mútuo e que não levam a danos efetivos a nenhuma das partes não são perversões, e sim variações. Só cabe falar de perversão lá onde o impulso sexual, que é um impulso de encontro e de interação com proveito mútuo, se deforma e se manifesta como violência – ou seja: como ato de opressão. (Naturalmente existe a violência contra o outro e a contra si mesmo, mas esta última é uma questão complexa na qual não queremos entrar no momento).

Também aqui descobriremos que a violência visível da perversão surge como reação à violência invisível anterior que foi a *repressão* do impulso sexual de um modo ou de outro. É totalmente enganosa a concepção de que existem perversões porque existe *excesso de liberdade* (“libertinagem”, “licenciosidade”): existe perversão lá onde o impulso sexual, em si saudável, se viu bloqueado de um modo ou de outro, e terminou buscando uma saída a qualquer custo.

Tal processo geral poderia ser analisado em detalhe nos mais diversos exemplos; não é possível fazê-lo agora,²⁸ mas pode ser útil a compreensão mencionar o seguinte fato: é bastante freqüente que pessoas integrantes de outras culturas (indígenas ou africanas, por exemplo) não entendam por que nós rimos de determinadas piadas; olhando com atenção, vemos que de fato não há nada *cômico* no que foi contado: o riso procede apenas de que se tenha aludido a coisas de que *não se deveria falar*. Para o integrante de uma cultura que encara aqueles mesmos fatos com naturalidade, e não como proibidos, não há neles nenhuma transgressão, e portanto nenhum motivo de riso.

Nem de violência.

Sumarizando e concluindo este ponto: haveria portanto não que tentar suprimir, e sim que encontrar o lugar e a dinâmica de relacionamento que permita a cada elemento da psique e a cada ser humano (não quero chamar a nenhum ser humano de “elemento”) existir sem ser nocivo.

E para isso é preciso antes de mais nada que tais elementos e seres humanos deixem de ser vítimas da violência invisível que é a tentativa de supressão.

Evidentemente para além destas linhas gerais este é um assunto cheio de complexidades que exigiriam livros inteiros – por exemplo: o que fazer com os seres que já foram tornados irremediavelmente violentos pelas violências anteriores a que foram submetidos? Mas é começando pelas linhas gerais que se apreende melhor um assunto.

3.2. Etnocentrismo, grupocentrismo

Etnocentrismo é a tendência que temos de considerar os valores e os usos do grupo em que fomos criados como sendo “os normais”, ou o padrão em relação ao qual todos os outros seriam desvios ou variações. Talvez o exemplo mais óbvio seja o do sotaque: não é incomum que paulistas pensem que existe sotaque gaúcho, sotaque carioca, sotaque nordestino, etc., mas não o sotaque paulista – o qual soa gritante e reconhecível para os ouvidos de um gaúcho, um nordestino, etc.

Prefiro a palavra “grupocentrismo”, apesar de não dicionarizada, pois “etnocentrismo” pode nos fazer pensar, enganosamente, que se trate apenas de uma questão entre povos claramente diferenciados – quando qualquer estranhamento entre diferentes “tchurmas” em uma escola já é parte do mesmo fenômeno.

É possível que o grupocentrismo seja o obstáculo mais forte no caminho do convívio universal – de onde vem a pergunta: *o que poderíamos fazer contra ele no nível da educação? Como estruturar o processo de educação de modo que ele não apenas deixe de reforçar os grupocentrismos, mas atue ativamente na desmontagem da tendência geral ao grupocentrismo?*

²⁸ Baste no momento *um* exemplo: há alguns anos foi preso em São Paulo um jovem aparentemente saudável que se envolvia com garotas e depois de algum tempo as levava a passear fora da cidade. Ai tinha relações sexuais com a garota e em seguida a assassinava e enterrava no mesmo local. Facilmente se dirá tratar-se de um *psicopata*, uma pessoa incapaz de vivenciar sentimentos de culpa; o mais provável, porém, é que se trate precisamente do contrário: é provável que elementos de repressão em sua infância (provavelmente totalmente suprimidos da memória consciente, mas ainda assim atuantes) gerem uma brutal sensação de culpa por haver obtido satisfação sexual, ou quem sabe meramente por haver exposto o corpo – culpa essa tão insuportável que o único e precário alívio parece ser a eliminação da testemunha. É aposto fortemente que a maior parte dos casos de assassinato em seguida a um contato sexual (consentido ou não) têm esse tipo de raiz.

Não se trata de uma questão fácil, pois estamos lidando aí com estruturas profundamente arraigadas no inconsciente.

Cabe observar ainda que não se trata de pôr abaixo as características dos grupos – mas apenas de deixar de tomá-las como motivo de separação ou mesmo de inimizade.

Pois, afinal, se puséssemos abaixo os valores de um determinado grupo, que valores poríamos no lugar? Apenas “valores humanos universais”?

Ora, a humanidade é muito vasta – e não há como viver apenas com os poucos valores que são comuns a toda ela. O universal é a *soma* de todos os locais, com suas diferenças, e não a supressão das diferenças locais. Mas também não teríamos como funcionar carregando em cada um de nós os valores de todas as culturas ao mesmo tempo...

De modo que, no fim das contas, universal mesmo é o *convívio*.

De qualquer modo, é fundamental substituir todos os “centrismos” por um centrismo só: um “pan-centrismo”, em que tudo está no centro – ou, pelo menos: em que qualquer ponto pode ser tomado como o centro a qualquer momento, para determinado fim, sem esquecer que todos os outros pontos também podem ser tomados como o centro a qualquer momento.

3.3. Religião, fé e propaganda

Talvez este seja o ponto mais delicado para uma Filosofia do Convívio – pois praticamente todas as religiões se vêem como guardiãs de uma verdade absoluta, enquanto para o convívio precisamos tomar todas as verdades como relativas (o que é a essência do capítulo 2.1 deste artigo).

Não se trata aqui de negar que alguma verdade possa ser absoluta – e é importante enfatizar isto –, mas de afirmar que não tenho o direito de exigir que outro adote o meu julgamento quanto ao que é absoluto, o que não é: tenho minhas razões e minhas intuições quanto a isso – e ele tem as dele.

As religiões propõem respostas a questões que a experiência comum e a ciência não respondem. É freqüente a opinião bem-intencionada de que por trás das diferentes religiões esteja um mesmo objetivo, ou que todas elas sejam diferentes formas de buscar um mesmo absoluto – mas infelizmente essa opinião não corresponde à realidade dos fatos: cada religião representa uma aposta *diferente* quanto a como-é e onde-está o absoluto. E o fato é que *não há como verificar a correção de nenhuma dessas diferentes apostas* – pois elas se referem justamente aos campos sobre os quais nem a experiência comum nem a ciência têm como dar palavra definitiva.²⁹

RUBEM ALVES, trançando fios procedentes de filósofos como Soren Kierkegaard, Paul Tillich e Paul Ricoeur, escreve alguns parágrafos belíssimos sobre a relação entre fé e dúvida cuja transcrição literal seria excessiva, mas cujo conteúdo podemos tentar reportar assim:³⁰ fé não é o contrário da dúvida; fé e dúvida se pertencem; só faz sentido falar de fé lá onde não podemos ver, lá onde as certezas do conhecimento são impossíveis. Mas não podemos viver paralisados pela incerteza; a fé é então uma *aposta*, o ato de coragem existencial com que se rompe a paralisia diante da incerteza. Isso não quer dizer que os riscos desapareçam: onde não existe risco não há necessidade de fé. Em suma: a fé é aquele ato com que, justamente onde não se pode saber o caminho com certeza, nosso coração diz: *eu aposto que é por aqui*.

²⁹ Pretendo incluir no livro **Filosofia do Convívio** o artigo *Crux*, ainda incompleto, no qual se inclui uma demonstração de por quê essa distinção entre os campos da fé e da ciência jamais será removida – pelo menos enquanto o ser humano existir em forma corpórea.

³⁰ ALVES, Rubem A. *Protestantismo e repressão*, III, 3.0. São Paulo: Ática: 1979.

Creio que esta atitude preserva o profundo respeito pela fé como necessidade do ser humano saudável (necessidade psicológica, antropológica), e não como mero “desaperto dos fracos”, como pensam alguns – e ao mesmo tempo define os campos de tal modo que possa ser preservado o relativismo necessário ao convívio: fé é uma aposta no absoluto – mas é a aposta pessoal de cada um de nós.

Se quero, portanto, que seja preservado o meu direito de fazer a aposta que minha mente ou meu coração me indicam como a mais correta, preciso respeitar que cada outro também tenha o direito de fazer sua própria aposta.

Posso *expor* ao outro a minha fé – e deixar que ele escolha fazer a mesma aposta, ou não. Impô-la, jamais. E na verdade, nem mesmo tentar persuadi-lo: posso lhe expor as razões que me levam à minha aposta. O passo seguinte, a persuasão, já é uma forma de violência – que definimos sempre como a invasão do espaço decisório do outro.

A propósito disso, cabe lembrar ainda que a violência da persuasão é exercida sobre nós todos os dias *pela propaganda*. Com isso, tal violência se tornou usual – mas não por isso aceitável ou justificada! Se realmente quisermos que se desenvolvesse na Terra um convívio humano saudável e não violento, teremos mais cedo ou mais tarde que eliminar essa forma de violência que é toda propaganda que vai além de expor, mas tenta persuadir ou convencer.

3.4. Diversidade sexual

Este é um ponto que não pode deixar de ser mencionado por sua importância pedagógica – mas para entendê-lo corretamente é preciso que antes tenhamos claro o sentido que se atribui atualmente a alguns termos.

É preciso ressaltar que nem todos os termos a seguir são usados igualmente por todos os grupos e tendências, de modo que alguns poderão considerar absurdo que sejam nomeados em conjunto – porém a intenção aqui não é apresentar um sistema, mas apenas dar a conhecer diferentes termos que circulam atualmente em torno do tema.

3.4.1. UM POUCO DE TERMINOLOGIA

Sexo físico ou anatômico: é a diferenciação masculino-feminino no nível puramente anatômico do corpo, de acordo com a presença destes ou daqueles órgãos. É um nível relativamente inequívoco, exceto pelos casos de hermafroditismo, relativamente raros.

Gênero: é um corpo de definições *culturais* do que seja “masculino” e “feminino”: o que é considerado “próprio de homem” em uma cultura muitas vezes é “próprio de mulher” em outra. Identidade de gênero é portanto sentir-se identificado com o “ser homem” ou o “ser mulher” numa determinada cultura – o que pode ou não coincidir com o sexo físico.

Sexo psicológico: é a sensação de “ser homem” ou “ser mulher” até no nível físico – além da mera identificação com um gênero ou modo-de-ser cultural.

Orientação sexual (mais exatamente: orientação do desejo sexual): não diz respeito a “sentir-se homem” ou “sentir-se mulher”, e sim a sentir-se sexualmente atraído/a por pessoas do mesmo sexo (**homossexualidade**), ou de sexo diferente (**heterossexualidade**).

Bissexualidade: há controvérsias em torno desse conceito: para alguns trata-se da condição natural normal do ser humano, que só optaria pela homossexualidade ou heterossexualidade devido a fatores externos (culturais e outros); já outros crêem que todo ser humano é estruturalmente heterossexual ou homossexual, apenas que alguns de modo flexível o suficiente para também experimentarem o comportamento oposto. Vê-se aí também que estão em jogo dois critérios diferentes: de um lado, quais são as atividades efetivamente praticadas; de outro, como é o desejo, como dado subjetivo, interior.

Homossexualidade: a palavra “homossexualismo” foi oficialmente banida, por não se tratar nem de um hábito escolhido, nem de uma doença: a Organização Mundial de Saúde a retirou integralmente no rol de doenças e distúrbios já nos anos 90; do mesmo modo os mais importantes conselhos de medicina e de psicologia do mundo, inclusive no Brasil. A homossexualidade é hoje entendida como uma variação normal da sexualidade, a qual em boa parte dos casos é parte integrante ou estrutural na personalidade, casos em que não se pode falar de “escolha” ou “opção”.

Transexual: é o indivíduo que sente que seu sexo psicológico diverge do sexo físico. Transexuais com frequência têm certeza desde pequenos que fazem parte do outro gênero e/ou se-

xo, e não conseguem reconhecer o próprio corpo como seu,³¹ e é neste campo que se dá a busca de cirurgias de mudança de sexo. É importante ressaltar que é um fenômeno independente da orientação sexual: a maior parte dos/das transexuais deseja uma pessoa cujo sexo é diferente do que ele/ela sente ter, e portanto não se sente homossexual. De modo extremamente surpreendente, porém, existem pessoas que nasceram com sexo físico masculino, sentiram-se sempre mulheres, e sentem que desejam outras mulheres *de modo homossexual*, e não como homens (o caso complementar também é verdadeiro).

Trangêneros: palavra adaptada do adjetivo inglês “transgender” e que se encaixa mal na gramática portuguesa, terminou por se firmar como designação genérica de pessoas que de um modo ou de outro se identificam com o gênero oposto. Há p.ex. travestis (*cross dressers*) não no sentido de atividade profissional, mas de pessoas, às vezes heterossexuais e casadas, que gostam de se vestir como o sexo oposto (ou melhor: o *gênero* oposto).

3.4.2. A HOMOFOBIA COMO QUESTÃO PEDAGÓGICA

Como se pode ver, realmente cabe aqui a palavra “diversidade”! Não cabe aqui um estudo que faça justiça ao assunto mas, como já foi dito, há alguns aspectos a ressaltar devido à sua importância pedagógica.

Antes de mais nada, é preciso ter claro que, apesar do grande aumento de visibilidade de 1995 para cá, de modo geral ainda é generalizada e severa a discriminação contra os comportamentos e as pessoas homossexuais, transexuais e transgêneros – a começar pelo fato de não se reconhecer essas distinções. Para muitos, ainda “é tudo viado”, ou “é tudo sapatão”.

O grande agravante deste preconceito é que ele geralmente é experimentado dentro da própria família. Ainda hoje é comum que pais se expressem aos berros em termos como “eu preferia ter um filho ladrão ou assassino que um filho viado”.

Poucas coisas têm um efeito tão destrutivo sobre a psique quanto sentir-se rejeitados *pelos seus* – por aqueles que teoricamente, pelo menos em nossa cultura, são as únicas pessoas do mundo que têm obrigação de “te proteger”.

Estudos vêm constando que o índice de suicídios entre adolescentes é três vezes maior quando envolve conflitos de identidade sexual do que quando não envolve – porém descartam claramente que se trate de um traço intrínseco à homossexualidade (o que quem sabe até ajudasse a demonstrar que se trata de uma doença ou condição anormal...): o suicídio vem como *reação ao sentimento de ser rejeitado*.

Há um traço que emerge desses estudos que é extremamente importante para o professor que trabalha com adolescentes:

Como um passo importante da construção de seu caminho da família para o resto do mundo, adolescentes costumam vincular-se psicologicamente a uma ou outra *pessoa de referência*, em quem sentem que vale a pena depositar seu afeto e confiança. Nos momentos de conflito quanto à sua própria identidade sexual, desenvolve-se intensa ansiedade sobre qual seria a reação dessa pessoa de referência à revelação da possível homossexualidade do adolescente. E os estudos apontam que com muita frequência o suicídio ou tentativa ocorrem no momento em que fica claro que também a pessoa de referência os rejeitaria.³²

3.4.3. A PRESENÇA ESTATÍSTICA ALÉM DAS PRIMEIRAS APARÊNCIAS

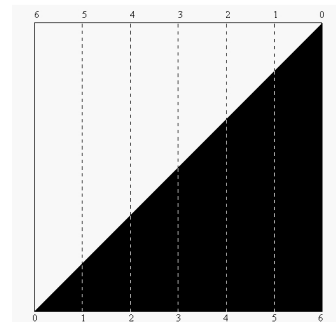
Para não discriminar ou rejeitar, é preciso entender – ou pelo menos tentar entender. É altamente recomendável que todo educador busque mais informações a respeito, o que hoje já não é tão difícil encontrar. Não devemos, porém, perder a oportunidade de registrar aqui alguns pontos cujo conhecimento faz diferença:

- Ao contrário dos preconceitos que já a apontaram como “vício burguês”, “vício da civilização branca decadente”, “vício” deste ou daquele povo, a homossexualidade estrutural aparece em todos os povos, de todos os tipos de cultura, e pelo que a História sugere também em todas as épocas, com uma presença estatística quase invariável.

³¹ V. o filme *Minha vida em cor de rosa* [Ma vie en rose], dirigido por Alain Berliner (Bélgica/França, 1997).

³² RAMAFEDI, Gary (ed). *Death by denial: studies of suicide in gay and lesbian teenagers*. Boston: Alyson Publ., 1994.

- Não se trata tampouco de fenômeno “antinatural”, como já se disse, pois é comum entre a maior parte dos mamíferos superiores. Entre os primatas é especialmente comum entre os macacos bonobos, machos e fêmeas, que chamam atenção também por serem os que têm as relações sociais menos violentas entre os grandes primatas.
- A fração homossexual da população tem sido estimada entre 5 e 10% do total; a tendência atual parece ser mais no sentido de 5% – porém esse número é extremamente enganoso: pode sugerir que os outros 95% fossem heterossexuais. Trata-se de um número relativo à *homossexualidade exclusiva ou estrita*, onde é rejeitada toda e qualquer atração pelo sexo oposto ou atividade sexual com ele – e a porcentagem de heterossexualidade estrita (ou seja: de pessoas que jamais sentem nenhuma atração e jamais se envolveriam com uma pessoa do mesmo sexo) não parece ser muito diferente da porcentagem da homossexualidade estrita.
- A maioria da população seria portanto relativamente bissexual, parte dela com certo predomínio do lado homossexual, parte dela com predomínio do lado heterossexual. Dividida em que proporção? Infelizmente não disponho desse dado no momento, e nem sei se existe, pois a linha de pesquisa seguida por ALFRED KINSEY³³ nos anos 50, que foi a que primeiro evidenciou esse tipo de dados, parece ter sido abandonada de 1980 para cá, com o recrudescimento do conservadorismo norte-americano. Em todo caso, Kinsey constatou nos anos 50 que 1 de cada 3 homens adultos norte-americanos relatavam ter tido pelo menos um contato homossexual na vida.
- Alfred Kinsey também fez o seguinte diagrama hipotético da distribuição da orientação sexual na população (à direita, sendo uma das cores – a preta ou a branca, tanto faz – a orientação homossexual do desejo, e a outra cor a orientação heterossexual). As curva real resultante das estatísticas deve ser com certeza mais complexa que a linha do diagrama, mas não tenho conhecimento de que tenha divergido significativamente da hipótese:



3.4.4. A POSSIBILIDADE REAL DE UMA SOCIEDADE NÃO DISCRIMINADORA

O fato de que a maior parte da população é no mínimo *capaz* de desejo homossexual, e ocasionalmente também de atividade – ainda que não se sinta vinculada a essa forma de desejo e de atividade de modo exclusivo – sugere que deveríamos buscar uma forma de fato menos *discriminatória* de lidar com a questão, ou seja: em lugar de “esses são os gays; eles são diferentes mas devem ser aceitos mesmo assim (quando não *tolerados* mesmo assim)”, quem sabe um discurso mais honesto fosse: “esses são os gays; será que eu/nós somos tão diferentes deles assim? Afinal, *de gay e de louco todo mundo tem um pouco...*”

É sempre interessante lembrar o caso da Grécia clássica, que parece confirmar essa visão: especialmente em Atenas, todos os homens “de bem” tinham tanto atividade heterossexual (mulher e filhos) quanto homossexual – esta em uma forma específica: todo jovem em fim de adolescência era iniciado à vida sexual e social por um homem mais velho, casado, em uma relação que durava alguns anos. Mais tarde ele mesmo iria ser casado, ter filhos, e escolher um jovem para iniciar, seguindo uma praxe extremamente respeitosa: ia visitar a família do jovem, mostrar que era uma pessoa de bem e capacitada para essa missão, e pedir permissão de que o jovem passasse a acompanhá-lo.³⁴

Mas cuidado: com isto eu não estou dizendo que podemos simplesmente começar a seguir o mesmo modelo no meio de uma sociedade que o rejeita! A intenção é apenas mostrar que é possível ter uma sociedade para a qual essa questão não é tabu, mas que a aceita até no nível das instituições mais formais – mesmo não se tra-

³³ Considero altamente recomendável, sobretudo para educadores, assistir a comovente biografia cinematográfica *Kinsey: vamos falar de sexo*, de 2005.

³⁴ Ver p.ex. o capítulo sobre o tema no clássico livro de Henri E. MARROU, *História da Educação na Antigüidade*. A respeitabilidade dessa forma de relação dentro da sociedade ateniense também é atestada em diversos trechos de um dos mais famosos diálogos de Platão, *O Banquete* (ou *Symposium*).

tando de uma sociedade que ficou conhecida como “símbolo de devassidão” ou algo assim (como ficaram os nomes de Babilônia e de Sodoma), e sim uma sociedade que respeitamos profundamente por suas realizações intelectuais, artísticas e *morais*.

3.4.5. DUAS PALAVRAS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E RELIGIÃO

Finalmente: também aqui a dimensão religiosa aparece como bastante delicada – mas não creio que se deva deixar de enfrentá-la por isso.

Primeiro de tudo, sendo aposta pessoal, minha opção religiosa deveria servir para que eu oriente os *meus* atos, não os de outra pessoa (o que na corrente religiosa cristã está claramente expresso em Mateus 7:1).

Segundo, por sincera que seja a minha preocupação com o destino do meu irmão (nos termos cristãos: a salvação), estarei fazendo um julgamento teologicamente consistente ao considerar a homossexualidade inaceitável, ou estarei usando a linguagem religiosa como disfarce para os preconceitos que trago comigo de outras fontes?

Exemplificando: o mesmo trecho do Velho Testamento em que se busca apoio contra a homossexualidade considera um grave pecado que o homem corte a ponta da sua barba (o que naquele momento significava trair a identidade como membro daquele povo), e receber juro um crime digno de pena de morte. No Novo Testamento é o próprio Jesus quem diz: “quem disser ao seu irmão: idiota!” é “réu do fogo do inferno”, e que “é mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus”.

E no entanto não se vê nenhuma organização religiosa tentando libertar os ricos da sua riqueza para que possam entrar no reino dos céus. Como não perguntar: “onde está a diferença?”

3.5. Quantos preconceitos se pode tolerar?

A proporção de canhotos na população mundial é por volta de 10%. Hoje se considera isso uma variação normal, e as escolas são obrigadas a fornecerem carteiras adequadas aos canhotos. Há menos de um século, porém, ainda se considerava que fosse um desvio a ser curado. Crianças recebiam castigos físicos, humilhações, tinham a mão esquerda amarrada para terem que escrever com a direita. Se você é destro imagine que amarrassem sua mão direita e o forçassem a escrever, comer e fazer tudo mais com a esquerda, para ter idéia da agressão que era feita a essas crianças “para seu próprio bem”.

Mais: argumentos teológicos eram encontrados para mostrar que tais pessoas eram suspeitas de serem filhas do mal. Por exemplo: Jesus estaria assentado à direita de Deus Pai, e portanto o lado direito é do bem; por conseguinte, o esquerdo só pode ser do mal... Tanto que o diabo faria o anti-batismo dos seus seguidores com a mão esquerda (é irresistível acrescentar: *como todos já tiveram a oportunidade de ver...*)

Não se trata de fantasia retórica nossa: há documentação abundante desses e de outros atos de *demonização do diferente*.

O assunto é inesgotável, mas em algum ponto precisamos parar. E eu proponho que seja com o seguinte desafio, especial para pessoas que se pretendem educadores, e mais ainda: educadores *libertadores*:

*Se conservamos um só preconceito ainda somos preconceituosos. E poderemos esperar, enquanto formos preconceituosos, que nossa ação tenha efeito autenticamente libertador?*³⁵

³⁵ Cabe lembrar aqui a etimologia da palavra preconceito: *pré-conceito*: ter uma imagem e um julgamento da coisa antes de conhecê-la de fato. Outra coisa é a crítica, no sentido superior da palavra: “passar por um crivo”, analisar em profundidade, e julgar a partir do conhecimento que se ganhou. Educadores não podem ser aceitadores a-críticos; nem pré-conceituosos. *Trabalhoso?* Ora, quem quer educar não pode parar nunca de se educar...

Seção 4. O NÍVEL COSMOLÓGICO: O CONVÍVIO COMO CONSTITUINTE DA REALIDADE

10.1.

A física e astronomia falam hoje de dois impulsos principais no Universo:

... o de expansão (que, segundo a teoria predominante, teria vindo do *big bang*), pelo qual tudo tende a se separar e a se espalhar pelo universo – até quem sabe sumir de tão rarefeito na infinitude do infinito...

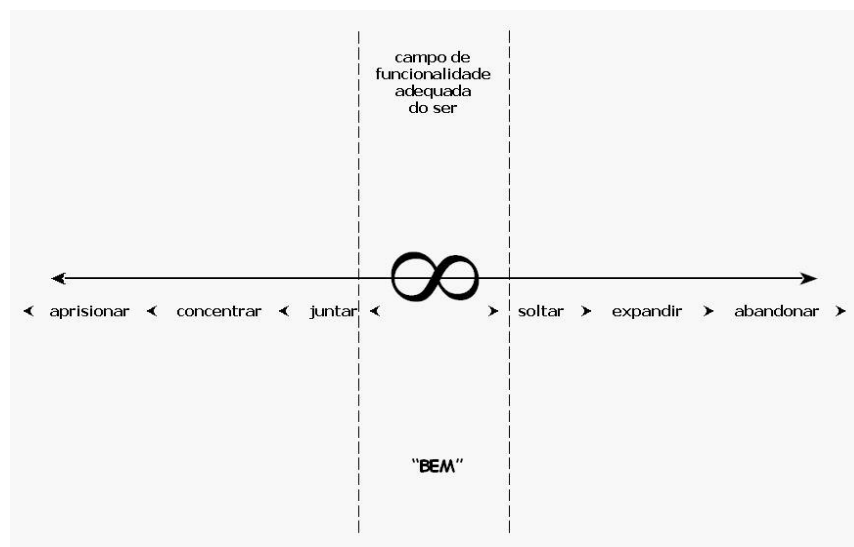
... e o gravitacional, pelo qual as coisas tendem a se unir... se apertar umas nas outras... até que fiquem tão apertadas que toda diferenciação seja esmagada, e tão presas umas nas outras que nem a luz escape mais desse lugar: o buraco negro, que, ao contrário do que o nome sugere, é um lugar de *excesso* e não de falta.

E no entanto existem galáxias, sóis, planetas, vida...

Um pouquinho mais de gravidade, e tudo se acabava numa união tão densa que nenhum ser teria chance de existir.

Um pouquinho mais de expansão e, tudo se afastaria tanto que só restaria um vazio...

E se expansão e gravidade estivessem equilibradas com exatidão?... Então *não* teríamos um mundo equilibrado: teríamos **nada**.



10.2.

Existir é gingar permanentemente entre duas possibilidades de desequilíbrio.

Existimos enquanto dura a dança. *Somos* a dança.

Mas a dança só existe se houver dois impulsos opostos brincando de acabar um com o outro, e nunca acabando de fato.

Não estou falando “do bem e do mal”. Nenhum deles é o bem. De cada um deles sozinho se pode dizer que é mau: um destrói a vida e a existência em vazio e abandono. A outro a sufoca em excesso de união e de substância.

E a união dos dois deixando de lado suas diferenças seria o suicídio universal.

Convívio de diferentes enquanto diferentes – sem se afastarem demais um do outro, sem se unirem ao ponto de anular as diferenças. **Convívio** inclusive dessas duas possibilidades de mal... pois a supressão de qualquer uma delas seria a efetivação do outro mal. O bem não está nunca em uma parte nem em outra: **o bem está no convívio**.

10.3.

O amor une ou separa? O amor prende ou liberta?

Lá onde se sufocam as diferenças até tudo “se empedrar” e mergulhar em escuridão – pode-se aí falar de amor?

Lá onde tudo se perde no vazio, no frio e no abandono – pode-se aí falar de amor?

Os planetas não são corpos abandonados no vazio: têm um sol em torno do qual dançar, e em condições especiais até vemos um deles fecundado pela energia do sol, dando nascimento à vida... Mas não se unem ao sol. Unir-se seria o fim de toda graça. Fim de jogo. Ir embora cada um pro seu lado também.

Entre o aprisionamento e o abandono irresponsável, entre a dependência excessiva do outro e uma independência unilateral sem coração... lá talvez exista uma faixa em que o impulso de união e o de liberdade dançam juntos, sem se separar e sem se anular. Numa dança que é provavelmente o que mais merece o nome de **amor**.

Na China: a existência como a dança perpétua do impulso yang e do impulso yin, os dois gestos do Tao – a realidade última além da nossa compreensão;

Na Índia: o Universo como a dança que a divindade faz existir a cada instante com seus dois pés em movimento;

No cristianismo: Deus é amor. Ou “a condição pela qual tudo existe é Amor”.

10.4.

E nós?

A cada momento cada um de nós é tentado a dominar. Mas se de fato ama, não quererá ver o outro destituído da sua dignidade humana, dignidade que vem toda do poder de escolher por si. (A menos que esteja na verdade à procura de um animal de estimação).

A cada momento cada um de nós é tentado a abandonar. Mas enquanto o amor está em nós, está também a responsabilidade voluntária pelo que se fez – marca de todo ser que cresceu e já não só recebe, mas se tornou capaz de gerar.

(Afim, o amor é ou não é capacidade de gerar?)

A cada momento uma *escolha*. Para lá do mero impulso espontâneo, animal, que vem e que passa, o amor é a cada instante *um ato de decisão*.

Não faz sentido falar de amor a não ser quando se exerce a capacidade de escolha: *liberdade*.

Não se verdadeiramente cria se não por amor, e não se verdadeiramente cria senão por decisão interna livre do nosso ser. Sem liberdade fazem-se coisas. Mas não se *cria*.

10.5.

Liberdade e amor são duas capacidades de uma coisa só: daquilo em nós que é capaz de criar.

Daquilo que é capaz de criar.

Daquele que é capaz de criar, seja em nós, seja onde for.

Mas nada existe se não tiver primeiro se feito dois. Dois que dançam um com o outro, sem voltar a ser um, e sem deixar de ser um: um *par*.

Não existe existir sozinho: só existe existir *com*.

10.6.

Com-viver.

Não existe apenas viver, sem “com”; todo viver depende de que também vivam outros, que vivem *com*.

Rede.

Não aceitar o *com* é investir em que a existência se extinga.

E por que não? *Existir é difícil...*

Mas... será mais fácil o *desistir*?

Tentar desistir. Arrastar consigo um mundo moribundo, eras a fio... todas as partes em sofrimento... porque não queremos mais existir – mas, querendo ou não, enquanto ainda existimos, existimos-com.

Por que, afinal, algo veio a existir?

Não, não me responda. Não será verdade. É mais.

E se ficarmos esperando a resposta, não vamos com isso deixar de existir: vamos seguir existindo em sofrimento-com –

... por não estamos nos doando o suficiente pra que existir seja dança. E seja prazer. Dança-com-e-prazer-com.

Aceitar existir, apesar de todas as dificuldades, talvez seja o princípio do fim das dificuldades.

Desde que se entenda que existir é existir-com.

10.7.

Mesmo com todas as dificuldades, fazer com que algo exista mediante aceitar o “com”: esse é o ato do amor.

E sem ele nada do que foi feito se fez. ³⁶

**COPYLEFT RESPONSÁVEL:**

Este texto pode ser reproduzido em parte ou em todo, desde que: (1) mencionado o título e nome do autor; (2) mencionada a fonte e modo de acesso (*neste caso: www.tropis.org/biblioteca*); (3) sem nenhuma alteração (inclusive na pontuação, grifo, omissão de trechos etc.) que não seja claramente indicada e com identificação do responsável (p.ex. “grifo de Fulano”, “ponto X adaptado por Cicrano” etc).

³⁶ Do Evangelho de João (1:2). “Deus é amor” se encontra em I João 4:16.